



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 520 - DE 21 DE MAIO A 5 DE JUNHO DE 2016 - R\$ 3,00

Combater as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer

Dilma Rousseff foi deposta. Agora, os trabalhadores e a juventude estão diante de um novo governo burguês. Está colocada a tarefa de combatê-lo sem descanso. Está claríssimo por onde começar a luta: rechaçar a política econômica antinacional e antipopular; combater o entreguismo, as privatizações e a desnacionalização; defender as conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias. A bandeira de "Não pagar a dívida pública, não descarregar a crise sobre os explorados" está plenamente posta. Em sua base se coloca o combate às demissões em massa, ao aumento do desemprego e à queda dos salários.

7 anos da morte de G. Lora

A morte física é inevitável. É parte da vida. Mas o que os homens deixam em sua passagem determina sua morte definitiva ou a continuidade de sua presença na sociedade em permanente luta por vencer a opressão e a exploração do homem pelo homem.



Combater o governo golpista no terreno dos explorados **Organizar o movimento de defesa da vida da maioria oprimida** **Defender e popularizar a estratégia de poder da classe operária**

Muita ilusão correu por debaixo da ponte. O PT, CUT, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo se esforçaram para que sua militância e os explorados acreditassem que seria possível derrotar o movimento golpista com pressões sobre o Congresso Nacional. Até a última hora, ficaram agarrados à política da “esperança é a última que morre”. Ameaçaram com uma greve geral e concluíram no dia 10 de maio com um raquítico dia de protesto diante de um Senado de cartas marcadas.

A grande manifestação de 17 de abril assistiu aos deputados, um a um, dar seu voto de morte ao governo de Dilma Rousseff. Ao término da teatralização, os manifestantes estavam consternados e desacreditados em si mesmos. A causa estava perdida, mas os governistas e seus séquitos insistiam que ainda era possível reverter a derrota na Câmara dos Deputados, pressionando os senadores. Haja ilusão para manter a chama da esperança no cretinismo parlamentar! Mas foi assim que os governistas travaram a resistência ao golpe de Estado.

Não se pode dizer que seus deputados e senadores não protagonizaram árdua batalha nos castelos dos discursos, das denúncias e das promessas de ir até o fim na defesa da democracia e do Estado de Direito. Tivemos a oportunidade ímpar de ver o quanto os representantes do PT, PCdoB e PSOL (que seguiu o governismo na heroica batalha na arena do Congresso) se instruíram nas leis, na Constituição e o quanto aperfeiçoaram a retórica parlamentar.

O redemoinho da defesa do governo, do “contraditório”, como se diz no jogo das forças em choque no interior do Estado, simplesmente se dissipava como uma brisa diante da frente pró-impeachment solidamente apoiada na burguesia. Mesmo assim, os governistas insistiam em manter-se nos marcos da ordem democrática, canalizando as manifestações de rua para comícios destituídos de qualquer espírito e vontade de revolta. Não faltaram esquerdistas, porém, com seus estúpidos e banais radicalismos subjetivos, para acreditar na possibilidade dos governistas se colocarem à altura do golpe que se gestou meses e meses.

Todos estiveram tomados pelo exagerado cretinismo parlamentar. Fecharam os olhos e puseram de lado a única via que poderia quebrar a espinha dorsal do movimento golpista, como repetimos ao cansaço, que era a de organizar um movimento nacional contra as demissões em massa, a alta do custo de vida, a destruição de direitos sociais, a paralisia dos assentamentos agrários, o retrocesso no plano de construção de moradia e no avanço das privatizações.

Paralelo e sob o conflito interburguês entre governistas e oposicionistas, os capitalistas faziam uma devassa nos postos de trabalho. Protegiam-se da crise de superprodução e da queda da lucratividade com as demissões, com a aplicação da flexibilidade capitalista do trabalho e com a especulação dos preços das mercadorias.

O que faziam o PT, sua burocracia sindical e aliados? Procura-

ravam organizar os explorados em defesa de suas vidas? Convocavam assembleias para aprovar medidas de proteção aos empregos, aos salários e às velhas conquistas trabalhistas e previdenciárias? Absolutamente, não! Esmeravam-se em manter o quadro de conciliação de classes montado pelos governos petistas. Cuidavam de não vincular a crise política com as nefastas consequências da crise econômica, que recaíam sobre as massas e atingiam profundamente a economia nacional. Faziam de conta que estavam na contramão das medidas antioperárias de Dilma Rousseff, para protegê-la contra o descontentamento dos explorados, como se essa fosse a condição para rechaçar a direita golpista. Assim, os governistas fecharam passagem à classe operária e deixaram o caminho livre para a burguesia e seus partidos organizarem passo a passo o golpe de Estado.

Esse é o destino dos reformistas - daqueles que trabalham por salvar o capitalismo de sua decomposição -, sempre vão sacrificar os explorados e desviar a luta de classes em favor da burguesia. Admitem ser varridos do poder do Estado, desde que o sejam pela democracia dos exploradores. Não se defendem dos adversários a não ser com as armas do parlamento. Oferecem até o último suspiro a política de colaboração de classes para se salvarem da queda.

Agora, o problema é como reagir e lutar diante do governo golpista. Tudo indica que a colaboração de classes permanece intacta. Mudará de aspecto, de conteúdo e de forma. Antes, tratava-se de servir ao governo burguês do PT. Agora, de se apresentar como oposição parlamentar ao governo de Michel Temer. Os novos aspectos não mudam, porém, o essencial do conteúdo e da forma. Está mantida a essência burguesa da oposição e da colaboração. Os sindicatos e centrais continuarão a servir de correia de transmissão da política capitalista. Essa é a principal conclusão que os explorados e a sua vanguarda deverão extrair da crise política que despedaçou o governo burguês do PT.

Há, no entanto, que prestar atenção às viradas circunstanciais que a burocracia poderá fazer. O golpe abriu uma nova etapa da crise política e da luta de classes. Não foi um mero acontecimento. Indica que a burguesia está prevendo dias mais difíceis e que terá de se confrontar com as forças sociais antagônicas. Nota-se que não é um fenômeno estritamente nacional. É visível a marcha da crise na América Latina. Não por acaso, os Estados Unidos tiveram de tirar a máscara e saírem em defesa do golpe na OEA. O que quer dizer que o antagonismo entre os exploradores e explorados está potenciado. E que o campo de manobra para a conciliação de classe ficará mais reduzido.

A chave do problema no Brasil está em combater o governo golpista partindo das necessidades das massas, opondo-se terminantemente contra as medidas que virão, trabalhando as reivindicações por meio da ação coletiva direta e popularizando a estratégia de poder do proletariado, que se sintetiza na fórmula de governo operário e camponês.

Carta do Partido Operário Revolucionário aos explorados, aos sindicatos e às correntes de esquerda

Constituir uma frente única de combate ao governo golpista

Dilma Rousseff foi deposta. Agora, os trabalhadores e a juventude estão diante de um novo governo burguês. Está colocada a tarefa de combatê-lo sem descanso. Está claríssimo por onde começar a luta: rechaçar a política econômica antinacional e antipopular; combater o entreguismo, as privatizações e a desnacionalização; defender as conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias. A bandeira de “Não pagar a dívida pública, não descarregar a crise sobre os explorados” está plenamente posta. Em sua base se coloca o combate às demissões em massa, ao aumento do desemprego e à queda dos salários.

Michel Temer e seus ministros evidenciaram que do “couro sai a correia”. O governo golpista vai atacar a fundo as conquistas da classe operária e sacrificar sem piedade a vida da maioria oprimida. Enfrentará a crise econômica com contundentes medidas de proteção aos banqueiros, grandes industriais, latifundiários e agronegócio. Anunciou que imporá a reforma da previdência e a trabalhista; cortará ainda mais os gastos com a saúde, educação e a proteção dos mais pobres e miseráveis; recorrerá a mais impostos e restringirá, se não puder acabar, com os programas de apoio aos camponeses pobres, aos assentamentos, aos sem-terra e aos sem-teto; irá promover uma devassa no funcionalismo federal.

Nos próximos dias, o governo golpista iniciará a ofensiva política junto ao Congresso Nacional para que assuma as mudanças na previdência, aumentando a idade mínima e o tempo de contribuição; retome o projeto de terceirização e se eliminem todos os obstáculos da CLT que dificultam as demissões. O imposto do cheque (CPMF) poderá ser restabelecido. Como sabemos, quem paga, no final das contas, a carga tributária são os assalariados, os pobres e miseráveis.

O objetivo central dos usurpadores é obter superávit primário para pagar os bilhões de juros aos investidores, especuladores e rentistas, bem como sustentar a gigantesca dívida pública que serve ao parasitismo dos exploradores nacionais e do imperialismo. Dilma foi derrubada porque se mostrou incapaz de garantir o superávit primário. Esse foi o calcanhar de Aquiles de sua política econômica e de seu ajuste fiscal.

Antes de tudo, a burguesia, seguindo os ditames do imperialismo, exige de qualquer um de seus governos que garanta o pagamento dos juros e dê sustentabilidade à dívida. Os governos petistas eram bem aceitos até o momento em que foram responsabilizados pela “crise fiscal”, ou seja, até o momento em que já não garantiam o superávit primário. A dívida pública e, em última instância, o capital financeiro golpearam a governabilidade petista e destituíram Dilma Rousseff por meio do golpe institucional, parlamentar e judicial. O governo usurpador se tornou uma condição de governabilidade de acordo com os mandamentos dos banqueiros.

O triunfo dos golpistas depende de Temer impor à força a nova

política econômica antinacional e antipopular.

Os interesses particulares de frações e grupos econômicos são enormes. A Fiesp não gostou do anúncio do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de que talvez tenha de recorrer à CPMF. A recomendação partiu do FMI. Esse imposto era a tábua de salvação de Dilma Rousseff, mas foi bombardeada pelos empresários. Temer oferece, em compensação, o couro dos explorados e a entrega de patrimônios estatais, que ainda não foram privatizados, bem como um “pacto federativo” aos estados amplamente endividados. É parte do plano, inclusive, avançar sobre a Petrobrás.

Os partidos golpistas, tendo à frente o PSDB, DEM e PPS, têm de apoiar a “Ponte Para o Futuro”, programa que foi confeccionado pela camarilha do PMDB. Um fracasso do governo de Temer seria tomado como vitória de Pirro do golpe. Sua função é justamente a de aplainar o caminho para as eleições de 2018. Caso consiga impor às massas sua diretriz, os golpistas contarão com uma ampla unidade burguesa para impedir a volta do petismo. Para isso, terá de contar com a maior parte dos deputados e senadores que serviram de instrumento legislativo para o golpe.

Os interesses particulares das frações burguesas serão negociados à luz da emergência e da necessidade política do triunfo do golpe. Há um ponto em comum que une os capitalistas: as reformas da previdência e trabalhista e os cortes orçamentários dos recursos destinados aos serviços sociais devem ser assumidos imediatamente e com punho de ferro. O desagrado da Força Sindical com tal notícia não preocupa a camarilha de Temer e a sua frente partidária de apoio. Têm ciência de que o seu chefe, Paulinho, é um corrupto que utilizará a desgraça da classe operária para negociar um lugar no governo.

A incógnita da nova etapa da crise política é a CUT e MST – a primeira controla a maioria dos sindicatos e o segundo é a maior força no movimento camponês. Essas duas organizações arrastaram e arrastam a CTB, MTST e UNE. Todos se colocaram por manter Dilma Rousseff fechando os olhos para o brutal ataque que sofriam a classe operária e os camponeses. Os acontecimentos mostraram que a burocracia sindical vinculada ao PT e PCdoB agiu dentro dos marcos da legalidade e da ordem burguesa. O golpe institucional contou com a complacência da oposição parlamentar petista, que como tal ditou a conduta política da CUT e de seus aliados da Frente Brasil Popular e Frente do Povo Sem Medo.

Evidentemente, o desencanto das massas com o governo de Dilma Rousseff e com o PT ajudou a burocracia sindical a ser bem comportada com seus comícios pacíficos e com o palavreado radical inconsequente. A resistência institucional contra a derrubada de Dilma Rousseff esteve de acordo com o fato do PT ter se transformado em instrumento do Estado burguês e a CUT um braço da

Partindo da luta contra as demissões e as perdas salariais, é possível constituir um movimento que responda prontamente ao plano Temer/Meirelles/Jucá de obter superávit primário a custa dos explorados e da economia nacional.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

política de colaboração de classes no movimento operário, popular e da juventude. O mais provável é que continuem como coadjuvantes oposicionistas diante do governo golpista. Não está ainda muito claro se farão uma dura ou branda oposição. Está claro, porém, que não modificarão sua política de conciliação de classes. Não há como ocorrer a transmutação da água ao vinho.

O PT foi expulso da presidência da República preso à política burguesa de colaboração do trabalho com o capital. E assim caminhará até o fim de seus dias. O problema, portanto, não é o PT, mas seu braço sindical, camponês e popular. A CUT, MST e MTST responderão aos ataques do governo golpista? É mais provável que farão uma oposição parlamentar, a não ser que os explorados os empurrem para a ação direta. Há que se travar a luta pela independência dos sindicatos e dos movimentos diante do Estado e de seus governos. Há que se trabalhar por constituir uma nova direção classista e revolucionária.

A experiência da classe operária com a política de subordinação das organizações sindicais aos interesses dos capitalistas servirá de combustível para que o seu descontentamento se transforme em luta coletiva. Lula disse que o golpe empurrou o PT para a luta de classes. A queixa do caudilho corrompido foi um aviso quixotesco à burguesia. No entanto, reflete uma dificuldade para os petistas e uma perda para os exploradores: o fracasso do reformismo e do colaboracionismo dificulta a missão dos sindicatos burocratizados e atrelados ao Estado.

A pior desgraça do PT pode ser a de se mostrar incapaz de combater as medidas de Temer e capitular definitivamente diante do golpismo. Tal possibilidade desponta no horizonte. A influência desse acontecimento sobre os sindicatos será ainda mais grave para a classe operária. A crise econômica tem ainda um percurso pela frente, talvez mais duro e longo do que podemos prever.

As demissões em massa sob o governo de Dilma e a colaboração da CUT, bem como de todas as centrais, na forma de aplicação da flexibilização capitalista do trabalho e com os métodos burocráticos de controle da revolta operária, serviram ao movimento golpista. Os sindicatos nada fizeram para organizar a luta contra a escalada do desemprego. Temer conta com essa mesma conduta, ainda que não tão abertamente colaboracionista.

Desgraçadamente, os sindicatos estão nas mãos da direção que não se colocará pela derrubada das medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais do governo golpista. O certo é que não passará da colaboração para a luta de classes, como previu Lula. Mas os explorados não seguem sempre a política do cabresto. As condições de existência, em determinada situação, os empurram à luta e a passar por cima dos aparatos de contenção. Nisto reside o maior receio do governo golpista. Se as negociações das medidas econômicas com as frações da classe capitalista vão ser difíceis, serão muito mais difíceis com os sindicatos que estarão sob a pressão dos assalariados, dos pobres e miseráveis. A não ser que o profundo desencanto com as direções petistas mantenha as massas passivas. Não parece, porém, ser essa a maior probabilidade.

O setor do sindicalismo que não seguiu o governismo e nem o oposicionismo de direita tem um papel a cumprir nesta nova situação. É o caso da CSP-Conlutas e da Intersindical, ou pelo menos de uma de suas frações. Devem levantar as reivindicações dos ex-

plorados, rechaçar as reformas de Temer, armar uma campanha nacional, organizar um polo classista e levantar a bandeira de frente única de luta, baseada nas necessidades da maioria oprimida, nas assembleias, nos comitês a serem criados e nos métodos da ação direta. Para isso, terão de se livrar da política centrista que desfraldou a bandeira de convocação de eleições gerais. Logo mais veremos se multiplicarem as manifestações burguesas e pequeno-burguesas em torno dessa estratégia, apresentada como alternativa ao “governo ilegítimo” de Temer. Por essa via, se distrairá a atenção dos explorados e desviará suas tendências de luta independente. No quadro da profunda crise política, as eleições gerais compõem como meio de reestruturar as frações burguesas ao redor do Estado e alcançar um governo calcado no apoio das urnas para impor as medidas antinacionais e antipopulares. Essa via deve ser rejeitada.

O governo golpista conta com o divisionismo e com o amortecimento da revolta operária e popular, que se encontrava latente sob o governo de Dilma Rousseff e que se desenvolverá sob os ataques de Temer. Não pode haver dúvida de que os golpistas terão de se impor pela força. O plano Meirelles/Jucá terá ser imposto por com um governo reacionário, autoritário e arbitrário.

Os explorados presentem que terão de arcar com um sacrifício insuportável ao ouvirem os ministros da Fazenda e do Planejamento explicarem o plano antipopular e antinacional. Não sabem, porém, como travarão a batalha em defesa de velhas conquistas, dos empregos e dos salários. Esse é ponto chave da situação.

Os sindicatos sob as direções que reivindicam a independência, a vanguarda que impulsiona os movimentos e as esquerdas que atuam no seio das massas têm o dever de rechaçar o governo gol-

pista e preparar desde já as condições para barrar o plano antipopular e antinacional. Esse é o ponto de partida para exigir que a direção da CUT rompa com a política de conciliação do PT, que não se ajoelhe diante de Temer e se coloque por um amplo movimento de frente única sindical e revolucionária.

Partindo da luta contra as demissões e as perdas salariais, é possível constituir um movimento que responda prontamente ao plano Temer/Meirelles/Jucá de obter superávit primário a custa dos explorados e da economia nacional. O Partido Operário Revolucionário chama a classe operária, os camponeses, a juventude oprimida, os sindicatos, os movimentos, a vanguarda e as esquerdas a se colocarem por: 1) Rejeitar **qualquer medida de política econômica que golpeie os empregos e salários**; 2) Rejeitar **qualquer reforma trabalhista que quebre ou elimine direitos trabalhistas**; 3) Rejeitar **a reforma da previdência que dificulta e prejudica a aposentadoria**; 4) Rejeitar **as medidas que reduzam verbas para a saúde, educação, assentamentos agrários e programas sociais, como Bolsa-Família, Minha Casa, Minha Vida**; 5) Rejeitar **o plano de privatização e de desnacionalização da economia**; 6) Rejeitar **o pagamento da dívida pública**.

Nenhuma trégua ao governo golpista de Temer!

Nada de eleições gerais para resolver a crise de governabilidade e de regime político da burguesia!

Por em pé um poderoso movimento unitário dos explorados em defesa de suas reivindicações!

Lutemos no terreno da independência de classe sob a estratégia de poder da classe operária, o governo operário e camponês!



Rio Grande do Norte

PT E PCDOB SERVIÇAIAS DAS OLIGARQUIAS DO RN

Em 2014, foi montada uma aliança para a disputa ao governo do RN, composta pelo PT/PSD/PCdoB. Nessa composição, o PT elegeu para o Senado Fátima Bezerra, o PSD Robinson Faria para governo, seu filho Fábio Faria para Deputado Federal e o PCdoB ganhou a cadeira de vice-governador. Henrique Alves (PMDB), com o apoio do DEM/PSB e um sem número de partidos nanicos, foi derrotado no segundo turno. Durante a campanha, o grande padrinho da campanha de Robinson foi o caudilho Lula.

Robinson (que era antes vice-governador do governo de Rosalba/DEM) foi apresentado para os eleitores como um insurgente e que estaria disposto a travar uma luta contra as oligarquias do RN, expressa na candidatura de Henrique Alves/PMDB, que ironicamente em nível nacional era aliado de Dilma/PT e PCdoB. É necessário esclarecer que Robinson de Faria nunca rompeu com as oligarquias. O que de fato existia era um acordo para garantir um futuro apoio à candidatura de Mineiro/PT à prefeitura de Natal.

O processo de impedimento de Dilma/PT trouxe mudanças no quadro político do RN. Os reformistas do PT viram seus sonhos políticos caírem como castelos feitos de carta de baralho. Diante disso, foram obrigados a montar uma farsa de rompimento, entregando os cargos que ocupavam no governo quando na verdade foi o oligarca Robinson de Faria que enxotou os reformistas do governo, quando anunciou que seu filho votaria pelo impedimento.

Como se vê, o PT embalado na sua política de colaboração de classe, disfarçada com o discurso de governo de coalizão ou ainda se dizendo preocupado com a governabilidade, apenas serviu aos interesses das oligarquias do RN. A sua trajetória foi do discurso pequeno-burguês radical, nos anos de 1980, a serviço eleitoral em 2014.

O PCdoB também não foge à regra. Têm sido grande destaque em nível nacional os discursos inflamados do PCdoB em defesa da democracia, contra o golpe sem crime de responsabilidade e denunciando os golpistas. No entanto, como bom estalinista, não abre mão dos acordos locais. Enquanto o PT forjou um rompimento no RN com o PSD, o PCdoB se calou e ficou no “come quieto”. Não disse uma linha sobre a continuidade no governo, garantiu os cargos no governo e só faz política criticando em âmbito nacional. Na capital de Natal, se mantém aliado de Carlos Eduardo Alves/PDT (primo de Henrique Alves), assumindo inclusive a Secretaria de Educação e implementando sérios ataques às greves dos professores com desconto de salários.

Segundo os estalinistas, essas alianças “progressistas” são localizadas e, portanto, não devem ser misturadas com a política nacional. Reformistas e estalinistas se diferem entre si só no grau de adaptação à política burguesa. Porém, na essência, são verdadeiros ratos que percorrem os esgotos da democracia burguesa.

Rio Grande do Norte

Impeachment em Natal: PT, PSOL e PSTU juntos na tática eleitoreira

O vereador Fernando Lucena (PT) subscreveu, apoiado pelo PSOL, um pedido de Impeachment ao prefeito de Natal Carlos Eduardo (PDT), formulado e protocolado na Câmara por um cidadão comum chamado José Wilson de Souza. A justificativa foi que o prefeito não havia prestado contas de 2015 na Câmara até o prazo máximo de 30 de março de 2016, desobedecendo o Decreto-Lei 201/1967 e o artigo 47 da Lei Orgânica de Natal, o que se caracterizaria como crime de responsabilidade.

Acontece que, diferentemente da situação nacional, não existem quaisquer condições políticas para que um eventual Impeachment do prefeito seja dado, uma vez que sua aliança oligárquica o proporciona a estabilidade e apoio para que possa governar para a burguesia sem uma divisão interburguesa ao ponto de se colocar a necessidade de sua retirada cirúrgica. Não é à toa o resultado da votação da admissibilidade: 18 votos contrários (PDT, PMDB, PSD, PSB, PRB, PR, PSDB, PEN, PSL, PSDC, PCdoB) e 7 a favor (PT, PSOL, PSTU); o Solidariedade se dividiu em um contra e um a favor. Assim, a história do Impeachment em Natal concluiu como uma grande farsa.

A investida do PT em tal ação só mostra até onde vai a inconsequência do mesmo na luta contra o golpe. Ao não rechaçar o Impeachment como um dispositivo de golpe institucional que rompe com o princípio da revogabilidade de mandato e ao considerar como constitucional e legítimo, desde que tenha crime de responsabilidade, chega a utilizar o mesmo instrumento golpista que está sendo utilizado contra ele em âmbito nacional. Está claro que essa atitude, longe de servir para a edificação da independência política das massas frente às instituições e à política burguesa, tem uma motivação apenas eleitoral, de projeção e disputa dos postos no Estado burguês com a tentativa de desgastar eleitoralmente o prefeito e os vereadores. Como falou o próprio Lucena (PT): *“A vantagem desse impeachment é que nós vamos saber como vão se pronunciar os senhores vereadores. [...] Daqui a sete meses temos eleições, as pessoas vão poder ver quem é quem”*.

Chama a atenção também a posição favorável da Amanda Gurgel (PSTU), que mostra que o PSTU também não combate o Impeachment como instrumento golpista que rompe com o princípio da revogabilidade. Além disso, demonstra na prática que não há incompatibilidade entre o impeachment e a tática que o PSTU tem adotado, no momento, do “Fora Todos”. Essa tática eleitoreira também não serve para apontar um caminho de independência de classe, mas sim para submeter as massas à disputa interburguesa.

Diante disso, trata-se de trabalhar para pôr fim às ilusões das massas nas instituições burguesas, e não em reforçá-las, e rechaçar o Impeachment como mecanismo golpista. Trata-se de organizar um movimento de frente única em defesa das reivindicações das massas e colocar a necessidade de pôr abaixo o Estado burguês, por meio da revolução social, e a substituição por um governo operário e camponês, da maioria oprimida.

Acampamento passivo na Karmann-Ghia leva à derrota

Até o presente momento, os metalúrgicos da Karmann-Ghia, em São Bernardo, estão acampados há quase uma semana na fábrica. A situação é grave: são 260 demitidos sem indenização. Várias ações judiciais movidas pelos operários individualmente contra a montadora. E 320 trabalhadores que permanecem na fábrica, mas com salários atrasados há três meses.

A montadora vem demitindo, atrasando os salários e não pagando os direitos, já há algum tempo. Em dezembro do ano passado, houve uma greve em função da falta de pagamento do 13º, de férias, do corte do convênio médico. Foi suspensa mediante um acordo com o sindicato, mas não houve cumprimento.

Hoje a montadora se transformou em fabricante de ferramentaria e estamparia para outras montadoras. A direção atual acusa a má gestão da anterior, uma manobra para enganar os operários. Os metalúrgicos temem o fechamento da fábrica no ABC. O sindicato foi pedir ajuda à Câmara de Vereadores. A burocracia quer fazer os operários acreditarem que os politiquieiros da burguesia possam fazer alguma coisa para a retomada da produção da Karmann-Ghia.

A burocracia do sindicato dos metalúrgicos do ABC trata o problema da Karmann-Ghia como um caso isolado. Os apoios obtidos dos metalúrgicos da Mercedes, Ford, dos Comitês Sindicais, etc. são de palavras. Não há uma ação centralizada dos metalúrgicos contra as demissões, não cumprimento de direitos trabalhistas e salariais. O acampamento passivo dos operários na fábrica não demoverá a ofensiva da montadora. A Karmann-Ghia deve ser ocupada de fato e imposto o controle operário da produção, o que exige a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos para enfrentar as demissões em massa e exigir a readmissão dos demitidos.

Burocracia mente para impor o PPE

Mais um conjunto de operários foi arrastado para a força. A empresa e a direção do sindicato impuseram o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Os trabalhadores da Isringhausen, em Diadema, votaram em uma assembleia controlada pela burocracia do sindicato a redução na jornada de trabalho e salário em 20%. O PPE terá duração de seis meses. O representante do Comitê Sindical teve a desfaçatez de dizer que o acordo é para garantir o emprego. O presidente do sindicato, Rafael Marques, endossou as palavras do representante sindical e concluiu defendendo que o PPE deve ser uma medida transitória para superar a crise.

Com a corda no pescoço, diante de uma burocracia sindical empenhada em aprovar o acordo e sem alternativa de luta coletiva contra as demissões, os operários aceitaram o PPE. Logo mais, verão que o PPE não garante emprego, ao contrário, é uma medida patronal para reduzir os custos com o pagamento de salários.

O AGRONEGÓCIO E O

Os assassinatos nas regiões de acampamentos de trabalhadores sem-terra em Rondônia não cessam. O Vale do Jamari, onde ocorrem as mais recentes atrocidades sobre os camponeses, compreende 9 municípios: Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaupê, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Monte Negro e Rio Crespo. No mês de maio, viraram noticiário nacional os assassinatos de camponeses. Isso significa que a cobiça pelas terras para o agronegócio faz a burguesia latifundiária, que é amparada pela burocracia do Estado, investir contra camponeses pobres em áreas onde estão acontecendo resistências camponesas na luta tentando garantir o documento de posse da terra expedida pelo INCRA, para terem onde trabalhar e sustentar suas famílias.

Dessa vez, Nivaldo Batista Cordeiro e Jessor Batista Cordeiro, dois irmãos que foram assassinados nessa área, eram ambos acampados na chamada "Área 10 de Maio", próxima do latifúndio de Caubi Moreira Quito, segundo as informações dos boletins da Liga dos Camponeses Pobres.

Mais uma vez, os assassinatos demonstram ter vínculo com o Estado. Os dois rapazes sumiram no dia 24 de abril e tiveram seus corpos arrastados até um rio a cinco quilômetros de distância, sendo encontrados com tiros no peito no dia 26 de abril. Conforme a LCP, o latifundiário da região declara abertamente contratar policiais da cidade de Buritis para fazer a segurança armada de sua fazenda. Ainda segundo a Liga, por mais de uma vez, policiais tentaram a reintegração de posse do acampamento mesmo sem ordem judicial.

As estatísticas oficiais mostram que o estado de Rondônia em 2015 liderou o 1º lugar em assassinatos por conflitos de terras, com um percentual de 20 mortos, ficando na frente do estado do Pará. Só este ano, já foram 7 assassinatos no campo, segundo a Comissão Pastoral da Terra - CPT de Rondônia.

Em virtude da organização dos camponeses sem-terra, dos acampados e da violência cada vez mais aberta dos latifundiários em conluio com os governos e a polícia, a violência nas cidades que compõem o Vale do Jamari, no interior de Rondônia, só tem aumentado.

Apesar da ação da LCP e de outros movimentos de pequenos agricultores e camponeses, e das denúncias frequentes da Pastoral da Terra e do MST, o Estado policial só tem aumentado a repressão no país e isso se reflete na luta no campo. O grande problema do movimento camponês, sobretudo, no norte do país, é sua separação do movimento dos trabalhadores da cidade e da classe operária, em particular.

O agronegócio em Rondônia e a legalização das florestas plantadas

De um lado, a burguesia latifundiária que conta com a União Democrática Ruralista (UDR) e milícias particulares armadas que se unem com a força repressiva do Estado em seu favor. Do outro, se encontram as famílias de camponeses pobres que precisam de um pedaço de terra para trabalhar e só podem se unir com a organização dos explorados, que nem sempre contam com lideranças que levem a bandeira da independência de classe por estarem burocratizadas.

Contraditoriamente, o estado com sua burocracia protege o agronegócio ao mesmo tempo em que faz demagogia tentando mostrar que quer proteger o meio ambiente e fazer reforma agrária (distribuir terras para os camponeses pobres). Isto quando deixam a burguesia latifundiária de mãos livres para grilarem terra, perseguir, torturar e matar indígenas, quilombolas e camponeses pobres, que só querem encontrar condições de vida e trabalho para sustentar-se junto às suas famílias.

ASSASSINATO DE CAMPONESES EM RONDÔNIA

São estes concentradores de terras que degradam a natureza, que com o apoio do governo do estado e prefeitos, fomentam a construção de hidrelétricas, devastação de florestas através das queimadas para a monocultura de gado, soja, cana de açúcar, florestas plantadas etc., que empobrecem o solo e acabam com as matas ciliares, fazendo secar os rios e os igarapés.

Para dar conta dos negócios vantajosos, os latifundiários, junto aos engenheiros florestais, justificam que a lucratividade advinda das florestas plantadas está acima das demais formas de cuidar da terra e das monoculturas de grãos e da criação de gado e tentam atrair os pequenos agricultores para se engajarem no mesmo tipo de negócio. Mas, claro, apenas como aliados, que certamente perderão suas terras para o latifúndio, pois não darão conta de se sustentarem competindo com o latifúndio. Passando a ser presa fácil no interior dos conflitos agrários que crescem sem cessar.

Empresas como a do grupo Eletrogoes, orientada pelo engenheiro florestal Carlos Alberto Soares Monteiro, desde 2008 vêm estimulando o empreendimento na cidade de Pimenta Bueno e defende a monocultura da floresta de eucalipto, indicando que todos terão mercado garantido com a inauguração da termoeletrica ligada a esse grupo, ainda neste semestre.

Os engenheiros florestais mostram ainda a vantagem desse investimento no estado e que por isso deverá haver um deslocamento da monocultura bovina

e de grãos como a soja e outros para as florestas plantadas. Atividade que vem se alastrando na BR-364, precisamente nos trechos entre Pimenta Bueno e Vilhena. Esse investimento foi legalizado a partir do dia 11 do mês por meio do Projeto de Lei 85/16, que permitiu ao governo Confúcio Moura/PMDB instituir a Política Agrícola para regulamentar a prática agrícola das Florestas Plantadas.

A medida governamental já se arrastava através de acordo do Executivo de nº 209, desde o dia 21 de outubro de 2015. Acordo firmado com a finalidade de fortalecer a produção integrando monoculturas: a bovina e a de florestas plantadas, ou seja, a integração lavoura-pecuária-florestas (ILPF), a que a engenharia florestal dá o nome de sistemas florestais, que têm incentivos do governo com o nome de “Poupança Verde”, através da qual os investidores crescem os olhos como o “grande negócio” do momento no Estado. Os efeitos das florestas plantadas sobre a degradação da

natureza com consequente empobrecimento do solo em diversas dimensões têm sido estudados no Brasil e em diversas partes do mundo, trazendo adjetivações ligadas a tais efeitos. No Brasil, as florestas plantadas são chamadas de “Deserto Verde”, no Chile de “Milícias Plantadas” e, na África do Sul, de “Câncer Verde”.

Não é por acaso que estudos demonstram que em Rondônia a população humana é de 1.768.204 habitantes e a população bovina é de aproximadamente 13.000.000 cabeças de gado. Acontece o estímulo governamental para o agronegócio de toda ordem, desde as florestas plantadas à criação de gado de corte para negócios vantajosos de exportação de carne, enquanto milhares vivem à míngua, esperando um pedaço de terra para agricultura familiar e sustentar suas famílias. É a distribuição de terras para os camponeses pobres que se choca com o latifúndio e a degradação

da natureza, pois para a burguesia latifundiária dar conta do agronegócio precisa devastar florestas pelas queimadas, usos de agrotóxicos, ou mesmo as florestas plantadas e se fortalecem exterminando índios, camponeses e quilombolas com o amparo do estado policial.

As notícias sobre a devastação pelas queimadas no estado são estarrecedoras. Até o final do ano de 2015, o IBAMA informa que, em Rondônia, no decorrer de dois anos, as queimadas aumentaram em 300%, e em 2016 também não param de crescer.

Por maior que seja a resistência dos camponeses, maior é a truculência da burguesia latifundiária, agroexportadora e dos governos e instituições vinculadas a ela. Não há nenhuma dúvida de que o governo golpista de Temer e a bancada ruralista vão se atiar ainda mais contra a luta no campo. A necessidade está em forjar a aliança operária e camponesa. A revolução agrária só pode vir no interior da revolução proletária. A luta da cidade e do campo deve estar combinada para quebrar a violência reacionária contra os camponeses e barrar os assassinatos frequentes.

É em torno dessa unidade que a Corrente Proletária/POR faz sua propaganda e por meio dela defende a vida dos camponeses e de todos os oprimidos e explorados pelo latifúndio, pelo agronegócio, pela grande indústria, pelos bancos, etc. Apenas a Revolução social, que erga um governo operário e camponês, por fim à barbárie e julgará todos os crimes da burguesia assassina.

(...) o governo golpista de Temer e a bancada ruralista vão se atiar ainda mais contra a luta no campo. A necessidade está em forjar a aliança operária e camponesa.

Contra as perseguições políticas ao Conselheiro Estadual da APEOESP do Litoral Norte

Um professor membro da *Corrente Proletária na Educação* e do *Partido Operário Revolucionário* foi surpreendido após a greve de 92 dias de 2015 com dois *Processos de Averiguação* por sua conduta durante o movimento paredista. Este ano teve ciência de que os dois processos se desdobraram em duas *Sindicâncias*.

Trata-se na verdade de um ataque ao movimento grevista e à vanguarda que impulsionou a greve. Entendemos que o professor não pode ser punido por seguir as deliberações do movimento grevista. A decisão pela greve, a formação dos comandos de greve para visitar as escolas e convencer os pro-

fessores a aderir ao movimento, etc. foram decisões tomadas pelo conjunto dos professores nas instâncias das assembleias gerais, regionais e reuniões dos comandos de greve.

Na última reunião de Representantes de Escola (RE) da Subsele de Caraguatatuba, foi aprovada uma Moção em defesa do professor, exigindo o fim dos processos. Cabe salientar que a votação da Moção se deu por ampla maioria, contando apenas com a abstenção de dois burocratas da direção da Subsele, vinculados à Articulação Sindical.

Pelo fim dos processos contra o professor e contra os demais lutadores perseguidos!

Nossa homenagem à companheira Cida

No dia 17 de maio, faleceu Maria Aparecida Gomes, chamada no movimento dos professores, pelos companheiros e amigos de Cida. Foi uma perda para a luta dos explorados. Sempre serviu de exemplo de determinação nas greves. Sua militância classista foi colocada à prova nos grandes embates com o governo. Denunciava e enfrentava com destemor as manobras da burocracia da Apeoesp. Não ocupava um lugar na Apeoesp que não fosse de oposição. Combateu o arrivismo e o carreirismo sindical. Esteve em todas as circunstâncias nos comandos de greve. Não tinha tempo ruim que a desviasse da tarefa de passar nas escolas e trabalhar pela vitória do movimento. Na onda de ocupações das escolas no final do ano passado, a Cida participou ativamente. Sua escola, João Kopke foi uma das unidades em que a ocupação se projetou.

Bastam essas qualidades para expor o seu classismo a toda prova. Como tal, não fazia nenhuma concessão à política oportu-



nista e eleitoreira que marca boa parte da esquerda e do ativismo sindical. Podemos afirmar que beirava o esquerdismo. Está aí por que não chegou a entender a importância decisiva do partido revolucionário. Não foram poucas as divergências e os duros atritos com o POR, embora reivindicasse do marxismo.

Na realidade, a influência da cultura acadêmica de esquerda lhe impossibilitou de verificar a linha de continuidade entre o marxismo, o leninismo e o trotskismo. Nossa militância, no entanto, nunca deixou de separar a sua confusão teórica e histórica sobre o partido de sua inflexível conduta classista. Conservaremos a sua memória como combatente das causas dos professores e da independência dos sindicatos.

Entendemos que a melhor homenagem a um lutador é reconhecer não apenas as virtudes, mas também as suas falhas; reconhecer não apenas o que fez pela emancipação dos explorados, mas também o que deixou de fazer. Para os marxistas, o que importa é o exemplo que os revolucionários deixam em vida.

Desocupação policial da Diretoria Norte-1 e prisão de 15 estudantes

Os estudantes ocuparam a Diretoria de Ensino Norte-1, na quinta-feira, dia 12. As razões que os motivaram foram: 1) o não cumprimento dos acordos firmados durante a ocupação de escolas no final do ano passado; 2) o fechamento de 1.300 salas de aula, somente no início desse ano; 3) precarização das condições de ensino (a falta de papel, a retirada das impressoras, os computadores quebrados, as carteiras danificadas, o roubo da merenda, etc); 4) a solidariedade aos estudantes das ETECs, que ocupavam as escolas exigindo alimentação e refeitórios. Levantaram a bandeira: "Fora a dirigente de ensino", porta-voz de Alckmin.

Na quinta-feira, houve uma reunião com a dirigente e os alunos que ocupavam a Diretoria. A dirigente de ensino se mostrou contrária à repressão e favorável ao "diálogo". Horas depois, articulou com o governo e a polícia a desocupação, que foi feita no amanhecer de sexta-feira.

A polícia arrancou os estudantes e os empurrou para dentro do ônibus (camburão), que os levou para a Delegacia. Eram 15 jovens de escolas da região. Sem nenhuma ordem judicial, a polícia cumpriu a determinação direta do governador, que utilizou um parecer do procurador geral do estado, Elival Ramos. Diz o procurador que esse parecer foi possível depois de consultar o Ministro da Justiça (empossado um dia antes por Michel Temer), Alexandre de Moraes (homem de confiança de Alckmin, da alta cúpula policial e envolvido com as máfias do tráfico). Assim, criou-se um artifício chamado "autotutela", em que o estado é responsável pelo patrimônio. Quando os estudantes questionaram a ação policial, receberam em troca o "mata-leão".

Na 7ª Delegacia Policial, os estudantes permaneceram o dia todo. O delegado submeteu ao inquérito primeiro os jovens menores de idade e depois os maiores. Procurou aterrorizar os estudantes com a acusação de roubo, desacato à autoridade e destruição do patrimônio público. Pressionou pelo pagamento

de uma alta fiança para liberá-los da prisão. Queria que as mães dos menores viessem até a Delegacia. Repetiu, assim, as velhas táticas do aparato repressivo. Mas os estudantes se mostraram corajosos, não se intimidaram. No final da tarde, foram liberados, mas levaram consigo vários processos criminais.

Que lições tirar dessa luta? 1) o governo e a polícia se aproveitaram do fato de que as ocupações não se massificaram. Ficaram restritas a algumas escolas técnicas, algumas escolas públicas estaduais e três Diretorias de Ensino. Faltou um vínculo das ocupações com maioria dos estudantes, que seguiam com aulas normais; 2) as reivindicações, apesar de comuns (falta de merenda e de condições elementares de funcionamento das escolas), não tinham um eixo comum capaz de mobilizar o conjunto de alunos, professores, funcionários e pais (diferentemente do ano passado que se tratava de fechamento de escolas); 3) as ocupações enfrentaram a pressão dos alunos e pais (contrários ao movimento), que chegaram a utilizar a força física para arrancar os estudantes que estavam na ocupação; 4) predominaram a despolitização e o espontaneísmo, que se expressavam na rejeição da presença de correntes de esquerda e do sindicato de professores; 5) ausência de manifestação de rua, bloqueios, em apoio às ocupações e em defesa das reivindicações, o que levou a uma passividade dos ocupantes no interior das unidades e favoreceu a pressão da campanha governista contra as ocupações junto à população.

A principal tarefa é superar os erros políticos para poder avançar o movimento secundarista, que tem dado mostras de enorme disposição de combate. Para isso, é fundamental impulsionar a construção dos grêmios livres, contrapondo aos grêmios oficiais de colaboração com a política governamental. Organizar uma coordenação regional e estadual baseada nas experiências das ocupações, nas assembleias, na tarefa de construir os grêmios livres e defender a luta independente por um programa de reivindicações.



Tentativa de intimidação: fogo na regional da Apeoesp da Lapa



A subsele da Lapa se destacou na luta em favor das ocupações do final do ano passado, esteve à frente na greve de 92 dias e se posicionou nesse momento em defesa das ocupações das ETECs, das Diretorias de Ensino e das escolas públicas. As intimidações aos conselheiros regionais são frequentes, ora pela dirigente de ensino, ora pela polícia. Chegou-se ao ponto de a polícia ir até à sede regional à procura do coordenador. Depois de defender os estudantes presos, no dia 13, na manhã de 16 de maio, teve o portão e a faixa do movimento queimados.

Na reunião, que ocorreu no mesmo dia, o POR defendeu a organização de um ato contra a repressão e contra o incêndio criminoso. Mas foi voto vencido. O PSTU e a Articulação avaliaram que não havia força social para um ato com esse teor. Justificamos de que não se tratava de número, mas sim da defesa política. O resultado da reunião foi o de preparar um ato que tivesse além dessa denúncia, outras reivindicações, como a abertura de salas no segundo semestre.

Adiar a resposta à intimidação é um erro. Diante do avanço da criminalização dos movimentos, as ações devem ser rápidas. As denúncias nas redes sociais e na grande imprensa são importantes, mas não podem substituir a presença da militância nas ruas contra o governador, responsável pela repressão policial.

Temer anuncia a volta da DRU Nalini, agente do ensino mercantil

O presidente golpista Michel Temer anunciou mais cortes de recursos às áreas sociais, saúde e educação. Quer a volta da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Trata-se de um instrumento que permite ao governo passar por cima de uma lei (Constituição), que determina um limite fixo de destinação de recursos à educação e à saúde, consideradas áreas obrigatórias. Objetiva utilizar parte desse orçamento para compor o superávit fiscal, pagamento de dívida e juros.

O Congresso Nacional, que havia aprovado as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que previa a destinação gradativa de um percentual do PIB para a educação, que ia de 7% a 10%, de 2017 a 2024, votará agora pela DRU. Se sem a DRU, o Brasil aplica cerca de 5% do PIB, imagine com o corte instituído pela DRU. Como se vê, toda conversa dos governistas sobre as maravilhas do PNE foi para a lata do lixo. Agora é hora de sair às ruas.

A educação pública está no fundo do poço. A onda de ocupações de escolas que atingiu o Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul, nesse momento, é a radiografia da precariedade que é imposta aos estudantes, funcionários e professores. O plano de Temer é avançar nas privatizações, nas parcerias público-privadas. É o chamado “Estado mínimo”. O novo ministro da Educação, um representante da oligarquia do DEM de Pernambuco, José Mendonça Bezerra Filho, é um defensor do ensino mercantil, que imporá os drásticos cortes à debilitada educação pública.

O secretário da Educação de São Paulo, José Renato Nalini, um homem da burocracia do judiciário, desfechou medidas duras contra as escolas públicas, que incluem a manutenção do congelamento salarial. Entre janeiro e fevereiro, fechou 1.350 salas de aula, cortou a merenda, tirou as impressoras e reduziu verbas para os materiais necessários, papel, tinta, giz, etc. Boa parte dos funcionários das empresas terceirizadas está com os salários atrasados e outros foram demitidos. A maioria das escolas não tem nada. Está aí uma das razões da revolta dos estudantes que ocuparam recentemente as escolas. Hipocritamente, usa a imprensa para dizer que procura abrir espaço para o diálogo e por trás impulsiona as desocupações policiais e prende os estudantes. Faz coro com Alckmin na calúnia de que os estudantes são manipulados pela Apeoesp e por outros setores, dizendo que “não têm uma pauta educacional, senão uma pauta político-partidária”.

A educação pública está nas mãos dos Bezerra e Nalini, agentes do ensino privado. Trabalham pela desmonte da educação gratuita. A luta em defesa da escola pública terá de travar um duro combate ao Plano Temer e seus executores. Implicará a organização unitária de estudantes, pais, funcionários e professores. Deverá ganhar as ruas com os métodos próprios dos explorados: greves, manifestações, bloqueios e ocupações.

A LUTA DOS ESTUDANTES NA ETEC EMBU DAS ARTES

A unidade do Parque Industrial, bairro do município de Embu das Artes, acabou sendo inserida equivocadamente por alguns veículos de comunicação na lista de ocupações das ETECs. Na verdade, esses estudantes estão em processo de mobilização, fizeram assembleias para discutir a ocupação e a proposta concluiu derrotada. As aulas seguem “normalmente”. As aspas se justificam, pois o descaso com a Educação não pode ser encarado como “normal”. O processo de discussão e deliberação também não foi nem um pouco “normal”. Não houve votação livre para decidir sobre a ocupação na ETEC Embu das Artes.

O movimento geral das ETECs e o levante da juventude no ano passado influenciaram os estudantes. Essa efervescência os levou a convocar uma assembleia. A direção da escola, assim que soube, fez

o que pode para intervir. O intento dos alunos era que fizessem uma reunião sem a presença e interferência dos funcionários e direção. Nada mais justo, queriam discutir e decidir livremente. Percebendo a tendência de luta, a direção acabou pressionando até a realização de um acordo: ela deveria acompanhar e teria direito à réplica diante das colocações dos estudantes. O que já seria um absurdo, mas nem isso foi cumprido. Estiveram todos presentes. Professores chegaram a ameaçar os estudantes com diminuição de notas etc.

As assembleias no dia 3 de maio ocorreram nos três períodos. Mesmo com a ingerência desde cima, os turnos da manhã e da tarde votaram por ocupar. Na manhã, com maioria esmagadora: cerca de 175 votos contra quase 40. Na tarde, vitória apertada, com ambas as votações na casa dos 90 votos. É importante notar a mudança na tática

da diretora. A votação no vespertino não se deu com todos reunidos, mas de sala em sala, com sua presença, rebatendo cada afirmação. É evidente o desespero diante da vitória taxativa do primeiro turno. A partir disso, se percebe também o quão significativo foi o triunfo do “sim” à tarde.

A votação do noturno virou a disputa. Estes estudantes têm um perfil mais conservador. E mais violento e antidemocrático também: não pouparam hostilidade e ameaças, inclusive de agressão física, aos defensores da ocupação. A desqualificação pessoal e despolitizada substituiu o debate em torno das propostas e ideias. De maneira geral, são alunos que procuram uma qualificação profissional em busca da inserção no mercado de trabalho ou da ascensão na carreira que já exercem. Em outras palavras, querem o certificado. Não têm qualquer compromisso ou preocupação com os rumos da Educação. A soma final deu uma vitória de cerca de 400 votos (contra) sobre quase 330 (a favor da ocupação). Vale mencionar que o noturno é mais numeroso.

Na sexta-feira, dia 6, os estudantes se reuniram novamente fora da unidade, num espaço da Câmara Municipal de Embu, que fica bem próximo. O objetivo era discutir o que fazer após a derrota do dia 3. Na prática, aceitaram o resultado das assembleias escandalosamente manipuladas. Passaram a debater “novas formas” de continuidade do movimento. Está marcada para o dia 10 uma assembleia para discutir a criação do grêmio. Contudo, a ação será realizada como parte de um projeto, com caráter acadêmico (o dito “PTC”, que é como um trabalho de conclusão de curso).

Nos dois casos, tanto a assembleia do dia 6, como a criação do grêmio, percebe-se uma tendência distracionista, que os estudantes terão que resolver. Tal resolução deve passar necessariamente pela organização ao redor das reivindicações. As assembleias devem ser livres. A ingerência da direção sobre essa mobilização foi tão absurda, que os micro-ondas e geladeiras utilizados pelos estudantes foram retirados ou trancados, sob a alegação de que a ocupação os depredaria. Sem o combate à repressão, o movimento dificilmente deslanchará. Para isso, os estudantes precisam romper seu isolamento, têm de se soldar ao movimento geral da juventude, que está renascendo. E responder com luta.

Quanto às reivindicações, a pauta atual reflete o movimento geral das ETECs, inclusive suas limitações. Em essência, exigem: merenda seca “de qualidade”; criação de refeitórios onde não existe (na unida-

de de Embu das Artes há um refeitório e é distribuída merenda seca, mas existe também uma empresa terceirizada vendendo lanches; está ausente uma cozinha com funcionários próprios para produzir almoço e janta); Educação de qualidade, contra os cortes no orçamento; contra a corrupção, pela criação de uma CPI da merenda.

Como se vê, a pauta mistura bandeiras concretas e justas (como a criação dos refeitórios) com outras mais vagas e secundárias (como definir a “qualidade” da merenda seca, por exemplo?). Aponta as bandeiras gerais (cortes orçamentários) sem a necessária ligação com a realidade local, isto é, sem se referir aos efeitos imediatos da falta de verbas. Sobre a questão da CPI, basta dizer que é uma consigna eleitoreira (para desgaste dos candidatos ligados ao governo) e que alimenta ilusões quanto à possibilidade de solução do problema da corrupção pelas próprias instituições da burguesia (no caso, o parlamento, que se encarregaria da investigação), as mesmas instituições profundamente enlameadas pela corrupção.

A confusão se estende ao campo organizativo do movimento estudantil. A defesa do apartidarismo e do horizontalismo expressa a desconfiança com os partidos e uma tentativa de não reproduzir o burocratismo presente nas entidades tradicionais. São sentimentos legítimos, afinal os partidos dominantes são burgueses, profundamente apodrecidos. Os partidos menores da pequena burguesia radical de esquerda, mesmo não sendo idênticos, acabam reproduzindo o burocratismo e também não servem. Não há um partido revolucionário profundamente enraizado nas massas.

Nas entidades, como a UMES, UPES etc., reina o comando monolítico de certas tendências políticas (como o PCdoB na UNE) e o tremendo distanciamento diante do conjunto dos estudantes. Porém, não se pode confundir as entidades com as suas direções. Os organismos são ferramentas de luta. Seu conteúdo é dado por quem lhe conduz. Mesmo sem uma direção física claramente identificada (“sem lideranças”), todo movimento possui sua direção política. O combate vazio de conteúdo “às entidades” é sectário e chega a ser reacionário.

Em oposição aos princípios do apartidarismo e do dito horizontalismo, a juventude precisa se organizar, precisa militar numa organização revolucionária. Necessita expulsar as direções pelegas e retomar as entidades para a luta independente frente aos governos e capitalistas. A juventude tem de se colocar pelo programa proletário de destruição do capitalismo e pela construção do socialismo.

Movimento Estudantil no Litoral Norte

Após as ocupações secundaristas no Estado de São Paulo no final do ano de 2015, no Litoral Norte, o movimento estudantil se solidificou. Composto por membros da Corrente Proletária na Educação e Estudantil, por jovens universitários da UJS, alunos das escolas ocupadas da região e estudantes em geral. Os encontros se dão através das assembleias regionais estudantis. Estas tiveram início em fevereiro deste ano, organizaram um ato no dia 29/03/16, em frente à Diretoria de Ensino regional, pressionaram a dirigente e supervisores presentes quanto à necessidade da formação de grêmios livres e combativos, que não estivessem submetidos às imposições da direção/gestão da escola, pediram uma explicação “lógica” para o fechamento de 51 salas na região, e fizeram denúncias a respeito da perseguição de alunos e professores após o movimento. Sem a obtenção de respostas concretas, por parte da Diretoria regional, os alunos continuaram se organizando em assembleias que giram em torno das questões elementares que faltam na escola pública.

Entre 2015 e 2016, quase 5 mil salas de aula foram fechadas no Estado de São Paulo, boa parte no período noturno. Não bastando a falta de estrutura, os poucos recursos que ainda restavam, como as impressoras destinadas ao uso do professor, foram retiradas, o problema da merenda se intensificou depois dos escândalos de desvio de verba através da agricultura familiar no governo Alckmin. Escancara o problema que não é novo, é nítido que a merenda foi

10 – MASSAS – de 21 de maio a 5 de junho de 2016

reduzida nas escolas, falta água, ventilação, recursos tecnológicos, como salas com projetores ou laboratórios. O acesso escola (programa de “inclusão” digital) virou lenda. Se alguma escola conta ainda com algum recurso, enfrenta empecilhos de todos os níveis para conseguir usar, e o que se usa não funciona direito. Os alunos se vêem esgotados diante deste quadro, já não suportam mais o peso das aulas mecânicas e conteudistas, são o tempo todo taxados de desinteressados e indisciplinados, mas em nenhum momento é levada em consideração a superlotação das salas. Quando os estudantes manifestam suas críticas, são tidos como inconsequentes. Não há espaço para a juventude na sociedade em decomposição, e a escola há muito deixou de ser a possibilidade de um futuro melhor. Não tem mais como se esconder a dura realidade que a juventude enfrenta. O máximo que conseguem fazer é ir para a escola para “sacrificar” o tempo. Porém, o jovem, com o ímpeto da mudança, arregaça as mangas, e tem enfrentado os tarefeiros do governo! Não há possibilidades de iludi-los em meio à precarização que se acirrou no Estado de São Paulo, principalmente depois da política de “ajuste fiscal”. E não por acaso a chapa do Grêmio que ganhou na Escola Colônia dos Pescadores foi a que expressou a continuidade da luta da ocupação do ano passado. Assim como na ETEC de Caraguatatuba, a “Chapa de Luta” conta com integrantes que também participaram dessa experiência, que os forjou e está se forjando com

as assembleias. Os alunos realizarão a sexta assembleia neste mês de maio.

As assembleias acontecem onde funciona o projeto de escolas da família de Caraguatatuba, ora na região central da cidade, ora na região sul. O intuito é o de levar e ampliar a discussão dos métodos de luta e enfrentamento contra as medidas de cortes na educação nos últimos anos, para o máximo de alunos possível. Na maior parte das assembleias, as discussões sobre o processo de ocupação e o que ele significou sempre vêm à tona. Nas últimas assembleias que aconteceram na região sul, numa escola que abrange alunos com maiores problemas sociais, a direção da mesma tentou ameaçar o movimento, formando um outro contrário aos alunos organizados, difamando a legitimidade da assembleia e acusando o movimento de ocupação, que ergueu os secundaristas, de “invasivo e bárbaro”. Porém, o que a experiência tem mostrado a esses jovens é o método acertado da construção da democracia estudantil. Durante as assembleias, todos possuem seu tempo de fala e podem se pronunciar, porém o poder de voto e deliberação está nas mãos dos estudantes, isso garante a unidade no movimento. Mesmo os que a princípio aparecem para se posicionar contra são convencidos pelos outros estudantes da necessidade de se unificarem para enfrentar, através da luta, com métodos de ação direta, a destruição acelerada do ensino público. Já assimilaram que a passividade ou a revolta isolada de um ou de outro não são meios de combater a política nefasta. Além dos relatos sobre a experiência das ocupações, os alunos também se concentram em explicar o que é um grêmio livre e combativo, oposto ao grêmio festivo dirigido pelos gestores. Nos relatos, percebemos que a ideia de um grêmio de luta ainda é embrionária. Antes da ascensão do movimento, os estudantes se viam à margem do processo de participação na

luta. Agora, amadurecem a ideia de que os grêmios combativos nas escolas auxiliam a concretização das ações estudantis.

A categoria de professores da região não tem se unificado à luta dos estudantes, as assembleias não contam com a participação efetiva destes. A burocracia sindical da APEOESP a duras penas auxilia na impressão dos panfletos, em algumas ocasiões. Porém, mesmo essa parda ajuda, só é concedida quando estudantes da UJS e da JPT fazem o pedido. Os estudantes centralizados pelas correntes políticas reformistas carregam traços burocratizados, chegando a defender abertamente suas posições vacilantes. De certa forma, os alunos que não são centralizados pelas correntes políticas reformistas, têm percebido as manobras destas direções e têm se constituído como direção também do movimento. Diante do boicote da direção reformista (PT e PCdoB) da Subsele da APEOESP, o caminho tomado pelos estudantes tem sido o de buscar apoio em sindicatos combativos da região, como o Sindserv de São Sebastião, o Sindpetro do Litoral Paulista e o Fórum dos Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos Sociais do Litoral Norte. Mas não pode perder de vista que é importante continuar cobrando da Direção da Subsele da APEOESP o apoio político e financeiro!

As assembleias têm impulsionado a formação dos grêmios livres nas diferentes escolas, têm elevado o debate em torno das políticas destruidoras do ensino público, têm formado, ainda que de maneira muito sutil, a consciência política e prática da juventude oprimida. Uma pauta regional tem tomado corpo, os problemas das escolas são analisados de maneira conjunta. Nossa tarefa, enquanto Corrente Proletária na Educação e Estudantil, tem sido a de impulsionar o movimento para erguer as bandeiras gerais da juventude!

Viva a luta secundarista no Litoral Norte!!

Relato da ocupação da escola Manuel Ciridião Buarque Professor

Em comando regional do bairro da Lapa, foi deliberado pelos estudantes secundaristas ocupar algumas escolas da região, o *Ciridião* foi uma delas. A decisão foi então cumprida a partir do comando, sem passar por uma assembleia na escola. É desta forma que, na madrugada do dia 11 de maio, se deu a ocupação. Desde então, as aulas foram interrompidas, mas o prédio foi esvaziado somente à noite, depois das 22h. Na manhã seguinte, estudantes contrários à ocupação pularam o muro da escola a fim de abrir os portões. Nesse momento, criou-se um conflito entre os favoráveis e os contrários à ocupação, chegando à agressão física entre os próprios estudantes. Os ocupantes procuraram se proteger se fechando em uma sala de aula até o fim da tarde. O Conselho Tutelar foi acionado e a diretora da escola fez um Boletim de Ocorrência acusando os estudantes de cárcere privado. Na manhã seguinte, se organizou uma assembleia para decidir os próximos passos, mas a diretora se valeu do conflito para ameaçar os estudantes, ou se punha fim à ocupação, ou ela chamaria a polícia.

A ocupação e os conflitos persistiram até sexta feita. Professores da escola estiveram em apoio ao movimento, assim como estudantes secundaristas de outras escolas e universitários. A organização *Pais em Luta* compareceu e tentou intervir de modo a resolver as desavenças. Reuniu todos os ocupantes na quadra da escola, quando uma bomba caseira foi lançada de fora, pelos contrários à ocupação. Por sorte, a bomba não atingiu nem feriu ninguém. No início da noite de sexta, chegaram duas viaturas da PM, a pedido da diretora. Os policiais entraram na escola e retiraram os estudantes, pondo fim à ocupação no *Ciridião*.

Os estudantes, quase que imediatamente após a desocupação, se direcionaram à avenida mais próxima e bloquearam o trânsito por alguns minutos. Alguns carros desviaram, mas outros se mostraram

intransigentes e pressionaram passagem. Encerrado o protesto na rua, os estudantes novamente se reuniram em plenária na calçada e discutiram ocupar outra escola na região. Mas, a proposta não se sustentou e, assim, não se levou a cabo a nova ocupação. Durante essa plenária, se levantou brevemente o problema das reivindicações, “*pelo que estamos lutando*”. Uns disseram ser pelo fechamento das salas, outros, por causa da merenda e alguns ainda disseram que era pela revolta popular.

A ocupação do *Ciridião* se soma a outras escolas estaduais, ETECs, diretorias de ensino e Assembleia Legislativa. Trata-se da continuidade do movimento de ocupação de 2015 que derrotou o governo do estado. No entanto, os conflitos e a desorganização são fruto do encerramento da luta de 2015 de forma desorganizada e fragmentada, sem que se tivesse constituído um comando geral que servisse para organizar a continuidade da luta contra a reorganização escolar, a qual vem sendo aplicada de maneira camuflada por meio da superlotação e fechamento de salas.

Essa vanguarda jovem tem se mostrado muito valente e com enorme disposição de luta. No entanto, vem sendo dissipada, devido à ausência de uma direção revolucionária que oriente a luta, que suplante o “autonomismo” desgarrado da ação coletiva e fortemente preso à ação individual. Os estudantes aplicam mecanicamente a ocupação como uma forma de luta que se encerra em si mesma. De maneira geral, não assimilaram a ocupação como um meio para se conquistar um objetivo comum, como foi em 2015. Procuram desesperadamente manter a luta, mas lhes falta uma reivindicação geral que unifique essa vanguarda aos demais estudantes. A juventude também padece da crise de direção. É nossa tarefa ganhá-los para o programa revolucionário.



É preciso aprender com a luta e fortalecer o movimento da juventude na luta

O movimento de ocupação das ETECs e das Diretorias de Ensino provocou a ira do governador Alckmin, que em vez de atender as reivindicações lançou a polícia contra os estudantes. Toda forma de resistência à degradação do ensino público e gratuito fortalece o movimento geral das massas exploradas contra a barbárie capitalista. Viva as ocupações! Abaixo a repressão!

O movimento da juventude renasceu com as ocupações de mais de 200 escolas públicas e com manifestações de rua, no final do ano passado. O governador Geraldo Alckmin se viu diante do seguinte dilema: ou reprimir duramente o movimento ou recuar em seu “plano de reorganização” (fechamento de escolas, de turnos e deslocamento de estudantes). Reprimir significaria desalojar à força as ocupações e jogar a tropa de choque sobre as manifestações.

Por que preferiu o recuo? Porque o movimento de ocupação crescia e contava com amplo apoio da população. A repressão poderia fortalecer a luta de massa. A repercussão política contra um governo do PSDB, que conspirava para derrubar o governo do PT, não lhe seria conveniente. A opção pelo recuo, assim, se tornou a melhor saída para Alckmin.

Sem dúvida, foi uma vitória parcial e momentânea das ocupações. O problema é que a juventude em luta não contou com uma direção política à altura dos acontecimentos. O movimento refluíu sem que se mantivesse organizado. Organização essa necessária para a continuidade da resistência aos cortes que Alckmin acabaria fazendo, sob a justificativa de que em não havendo aluno a Secretária da Educação fecharia salas.

A ideia de que não era preciso uma direção e uma base organizada se espalhou no movimento de ocupação. Há inclusive aqueles que não veem importância na formação dos grêmios livres. É claro que também há as correntes aparelhistas que burocratizam e procuram sujeitar a juventude à política eleitoral. Acabamos de ver a UMES desviar a luta para a convocação de uma CPI da merenda, servindo a interesses eleitorais e às disputas na Assembleia Legislativa de São Paulo.

É compreensível que a vanguarda que ocupou as escolas tenha prevenção e rechace o oportunismo aparelhista-eleitoreiro. Mas a resposta aos desvios políticos não deve ser a de negar e hostilizar a tarefa de constituir uma direção que surja da luta e que conflua com a política revolucionária da classe operária.

O que tem a ver com a retomada do movimento que se iniciou com a ocupação do Centro Paula Souza e das ETECs? O que tem a ver com as ocupações das Diretorias de Ensino Centro Oeste, Norte 1 e Guarulhos? Tem muito a ver. Desta vez a luta ficou restrita e isolada. Poderia ter contato com a ajuda da organização secundarista, caso os estudantes tivessem saído organizados do movimento de ocupação de novembro/dezembro do ano passado. O fato de não se constituir uma comissão estadual permanente e não se proliferar pelas escolas um movimento de formação dos grêmios livres prejudicou imensamente a tarefa de manter a politização das massas estudantis, de elevar sua consciência social e impulsionar a experiência coletiva por meio da organização.

Não há nada mais nocivo à causa dos explorados e oprimidos

que a ausência de uma firme direção política e uma sólida organização coletiva. Não esqueçamos que a juventude em luta faz parte da classe operária e da classe média arruinada. Ao se colocar em ação, choca-se com a política burguesa e com a dominação capitalista. Está aí por que o culto ao espontaneísmo, ao imediatismo e ao autonomismo individualista, que é oposto ao princípio da independência política diante das autoridades burguesas, enfraquece a luta coletiva perante a repressão governamental e inclusive perante as correntes oportunistas e aparelhistas.

A reintegração de posse do CPS, das ETECs e, nesse momento, das Diretorias de Ensino mostrou que o governador e a burocracia escolar viram que podiam partir para a repressão. Foi uma opção distinta diante do amplo movimento de ocupação do ano passado. Geraldo Alckmin se encorajou ao ver que as ocupações não expressavam um movimento massivo e que a ação policial não provocaria uma vigorosa resposta dos estudantes.

Na desocupação da CPS, o governo procurou se resguardar com a cobertura da Justiça. Mas não admitiu a determinação de que a polícia não utilizasse armamento de espécie alguma. No final das contas, montou-se uma operação de aparência civilizada. Ao contrário, na reintegração de posse das Diretorias de Ensino, a ordem foi a de desconhecer qualquer recomendação judicial e “baixar o cassetete”. Os ocupantes foram arrancados à força. O camburão os esperava. Mais de 50 estudantes foram detidos.

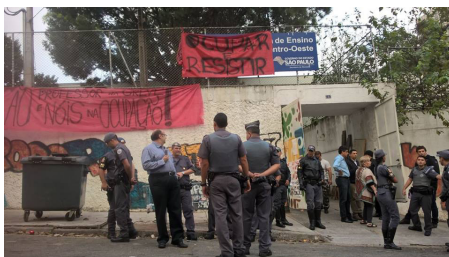
Não há novidade nesse acontecimento. Quase sempre os governos enfrentam a luta coletiva dos oprimidos com os métodos policiais. E essa é a razão pela qual temos de ter clareza de que qualquer movimento por qualquer reivindicação se transforma em luta política. A direção e a organização são decisivas para medir o seu alcance, a capacidade de enfrentamento, a preparação e as respostas.

O movimento de ocupação deu um salto à frente mostrando o caminho a seguir, mas precisa criar uma direção nascida de suas entranhas que esteja disposta a assimilar as grandes experiências da luta de classes e as consequentes conquistas políticas, organizativas, teóricas e programáticas.

Organizar um movimento secundarista de massa baseado em um programa

As ocupações do ano passado responderam ao plano de fechamento de escolas. Fizem parte do movimento de professores que resistiam à política de ajuste fiscal e de cortes orçamentários do governo de São Paulo. As recentes ocupações das Diretorias de Ensino foram uma resposta ao mesmo problema e, portanto, à mesma política. As ocupações da CPS e das ETECs, por sua vez, foram motivadas pela falta de refeição. Basta unir as reivindicações e se verá que refletem a mesma diretriz governamental de sucatear o ensino público.

A luta começa por algum ponto, no caso pelo não fechamento de escola e pela refeição. Mas nem todos os estudantes estão ameaçados diretamente pelo “plano de reorganização” ou pela



A reivindicação desligada do programa de luta e o isolamento das ocupações perante as massas secundaristas demonstram a falta de uma direção política revolucionária e de uma organização coletiva de base.

ausência de refeição, mas todos estão ameaçados pela degradação do ensino público e gratuito. Ao isolar as reivindicações particulares das causas gerais, prejudica-se e mesmo inviabiliza-se a luta organizada das massas secundaristas.

Como resolver esse problema que se evidenciou no movimento de ocupação? O primeiro passo é tomar consciência dele a partir da experiência vivida. A reivindicação desligada do programa de luta e o isolamento das ocupações perante as massas secundaristas demonstram a falta de uma direção política revolucionária e de uma organização coletiva de base. Como se pode ver, o desligamento da reivindicação e o isolamento da ocupação são consequências da ausência de uma política proletária no seio da juventude. E, por isso, passa ser causa da fraqueza do movimento diante do Estado e do governo burguês. Está aí por que insistimos na importância da direção política, da organização e do programa.

Alckmin fecha escola e submete os estudantes de tempo integral das ETECs ao lanche frio (às bolachinhas, etc.) porque o capitalismo em desintegração não pode sustentar uma escola pública que realmente ensine, que receba toda a juventude em igualdade de condições de estudo e que garanta a permanência dos mais pobres, que são a maioria. Está aí a base do programa que unirá a

maioria da juventude em luta contra a opressão capitalista. Exigimos uma escola pública que de fato ensine, que dê iguais condições de estudo a toda juventude e que garanta a permanência.

Algumas das condições desse programa: 1) sistema único de educação, público, gratuito e sob o controle de quem estuda e trabalha; 2) escola vinculada à produção social, em que o estudante aprende na escola e no trabalho (unidade entre a teoria e a prática); 3) nenhum jovem fora da produção social e da escola; 3) jornada de trabalho compatível com os estudos; 4) não mais que 25 alunos em sala de aula e a reabertura de todas as salas fechadas; 5) condições de permanência: refeição e passe livre.

A brutal repressão sofrida pelos ocupantes demonstra que esse é um dos caminhos por onde passará a luta pela defesa do ensino público e gratuito e a reconstrução do movimento secundarista. É parte do programa as bandeiras democráticas de liberdade de manifestação, expressão e organização independentes. Denunciemos amplamente a violência policial e exijamos o fim dos processos sobre os estudantes.

Viva o renascimento do movimento secundarista!

Constituir uma direção programática, de luta e revolucionária!

14 de maio de 2016

Boletim da Corrente Proletária na Educação Oposição sindical na Apeoc e Sindiute

Fortaleza:

Enfrentar a ilegalidade para derrotar o governo Camilo/PT! Manter a greve e fortalecer as ocupações nas escolas

O governo Camilo Santana, logo no início de nossa greve, entrou na justiça pedindo a ilegalidade desta. Solicitou uma punição exemplar aos professores e ao **Sindicato APEOC**, com multas diárias de R\$ 5.000,00 por professor, e R\$ 15.000,00 para a entidade sindical. No entanto, em razão da disputa interburguesa no estado, a desembargadora *Helena Lúcia Soares* negou o pedido do governador. Mas o governo estadual entrou novamente, no dia 6 de maio, com novo pedido. Daí a decisão do desembargador *Durval Aires Filho*, do **TJCE**, de conceder liminar favorável ao governo. O **TJCE** determinou a suspensão da greve e retorno dos professores às suas atividades em até 72 horas, sob pena de multa de R\$ 3 mil por dia de descumprimento.

O ato realizado no último dia 11/05, na Seduc, forçou o governo Camilo Santana a receber o comando de greve (sindicato e a base) para negociar a pauta de reivindicações. Na audiência, o governador aceitou mexer em parte das portarias e em liberar recursos para a educação. Mas rejeitou atender a reivindicação de reajuste de **12,67%**.

A luta dos estudantes por melhores condições de ensino, em meio à greve dos professores, tem sido de grande importância na luta contra a destruição e precarização das escolas públicas. As ocupações, que já ultrapassam o número de **40 escolas** em todo o Ceará, tem mostrado que apenas a ação direta é capaz de se contrapor ao desmonte do ensino. Não por acaso, fez Camilo Santana anunciar um pacote de medidas de **R\$ 70 milhões**, montante ainda longe de atender às reais necessidades do ensino público.

A direção da Apeoc (Anízio, Reginaldo, Helano, Mikaelton e Cia) tem ignorado as ações do movimento estudantil que conflui com a greve dos professores. Os professores nos zonais, nos comandos de greve e nas assembleias da categoria são quem tem dado apoio material às ocupações. A direção da **Apeoc** nega-se a

fazê-lo porque não quer o fortalecimento da luta contra seu governador. Além disso, a Apeoc quase não tem dado apoio financeiro ao comando de greve como: vale combustível, passagens ou aluguel de ônibus para o deslocamento dos companheiros do interior. O nosso sindicato tem uma arrecadação mensal de mais de um milhão de reais/mês. É dinheiro dos filiados que a diretoria usa e não presta contas.

Na assembleia de hoje, a diretoria do sindicato vai fazer de tudo para por fim à nossa greve. *Querem que voltemos para nossas salas de aula sem nada concreto, sem termos arrancado o reajuste; apenas com promessas vazias*. O governo negocia com a arma da ilegalidade apontada para nós e ameaça retirar as parcas ofertas em caso de continuidade do movimento. Não podemos aceitar ficar reféns do governo/justiça que sequer respeitam a própria legalidade burguesa da lei do piso nacional.

É GREVE! E É LUTA ATÉ A VITÓRIA!

A Corrente Proletária na Educação defende o enfrentamento à ilegalidade da greve e ao terrorismo do governo. É fundamental manter a greve e não recuar nenhum passo até o atendimento de nossas reivindicações.

- Efetivação de todos os temporários sem concurso! Trabalho igual, salário e direitos iguais!
- Redução da jornada de trabalho para que haja emprego a todos os professores!
- Abaixo o ajuste fiscal dos governos burgueses! Pelo não pagamento da dívida interna/externa!
- Por um salário mínimo vital de R\$ 4.700,00 no início de carreira, com escala móvel de reajuste de acordo com inflação!
- Passe livre para os estudantes e desempregados!
- Abaixo o capitalismo! Pela revolução proletária e o socialismo! Por um governo Operário-Camponês!

Greve na USP: para vencer, é preciso unificar de fato a luta pelo fim da reitoria burocrática e governamental

No dia 11 de maio, os estudantes do curso de Letras fizeram sua assembleia geral. Discutiram e aprovaram a greve estudantil com ocupação do prédio. A contratação de professores encabeçou a pauta de reivindicações, que incorporou as da Ocupação da SAS em defesa da mulher (proposta pela Corrente Proletária/POR). Ao invés do piquete com cadeiraço, utilizado nas últimas paralisações do curso, optou-se pela ocupação. A Corrente Proletária apoiou a ocupação porque entende que neste momento, sem uma boa campanha de preparação da greve, ela permite disputar os estudantes que não se mobilizaram ainda e precisar o conteúdo das reivindicações. Os dirigentes do DCE recém eleito (PSol – MES e LSR/PCB) se contrapuseram à ocupação e defenderam adiar a decisão sobre a greve em uma semana, de forma a esperar pela assembleia dos professores. Claro, sob o discurso de que uma semana a mais daria tempo para mobilizar ainda mais os estudantes. O que não fizeram em três meses, fariam em uma semana.

No dia 12 de maio, ocorreram as assembleias dos funcionários e a geral dos estudantes da USP.

A assembleia dos funcionários referendou a decisão tomada anteriormente de greve a partir de 12 de maio. O início da greve estudantil em algumas unidades e a ocupação da Letras incentivaram o movimento. O grande problema que se colocou é que os setores mais estratégicos (restaurantes, SAS, etc.) não aderiram à greve imediatamente, apenas os funcionários das unidades de ensino. Ainda não tinham ouvido a proposta salarial da reitoria.

A assembleia geral estudantil, ainda que sem uma boa convocação da direção do DCE, contou com centenas de estudantes de vários cursos, e com a participação em peso dos ocupantes da SAS, que fizeram um kraft gigante para publicizar as reivindicações. Tudo indicava que a direção defenderia o adiamento da greve, mas isso ficou impossível diante da radicalização da base. A greve foi aprovada por aclamação. No ponto das reivindicações, a manobra foi a defesa dos chamados “eixos” do movimento, em oposição às “bandeiras”, pelas quais não se pretende lutar concretamente.

Inicialmente, havia pelo menos 4 propostas distintas. Esse número foi crescendo, mas logo se realizaram os conchavos que uniram todas as correntes políticas ao redor dos eixos genéricos de “cotas, permanência e contratações”, em oposição à proposta da Corrente proletária/POR, que defendia que as reivindicações tinham de ser concretas, a começar pelas levantadas em defesa da mulher na ocupação da SAS. O bloco anti-POR se esmerou em aprovar os eixos de forma genérica e idêntico àqueles levantados pela direção dos professores, que propuseram uma pauta com vários itens genéricos, de apenas dois pontos concretos: *índice salarial* e *índice de orçamento*. Até mesmo a proposta de inserir entre os eixos a luta contra a repressão foi vetado pela maioria das correntes. Dias depois, na assembleia da Letras, o MRT explicou que isso “não era possível de se alcançar” e que “tínhamos de nos centrar naquilo que era possível de conseguir neste momento”. O conteúdo conciliador e reformista/oportunista dessa posição se explicitou.

A assembleia ainda votou o comando de greve. Mas sob um critério de eleição de delegados que permite que os cursos que não estão em greve acabem decidindo sobre a greve que eles não fazem. A proposta de que tirassem um delegado por curso sem greve foi rejeitada. Assim, o comando de greve servirá como um elemento de veto da direção do DCE e CAs às medidas das bases tomadas nas assembleias. Esse filme todos já viram, na greve estudantil de 2013, quando o comando chegou a aprovar o fim da greve antes da assembleia geral e divulgar a decisão à imprensa.

Proposta miserável da reitoria faz crescer a greve

No dia 16 de maio, o conselho de reitores (Cruesp) apresentou o índice salarial aos sindicatos: reajuste de 3%. O que na prática era um arrocho de mais de 7%, considerada a inflação do período. Pior que o ZERO de reajuste em 2014, quando a inflação estava perto dos 6%.

Essa proposta caiu como uma bomba na USP. O sindicato de professores, que estava contra a greve, passou a apoiar o chamado “indicativo de greve” para as unidades. As unidades fundamentais de funcionários que não tinham aderido à greve, passaram a aderir. Estudantes de vários cursos discutiram e aprovaram a greve ou a paralisação durante toda a semana que se seguiu.

A assembleia de funcionários de 19 de maio discutiu e aprovou a proposta de plenária conjunta com estudantes grevistas e ato conjunto na Avenida Paulista. A Corrente Proletária defendeu essas medidas como meio de impulsionar a greve, estendendo-a às unidades ainda não mobilizadas e para projetar a luta para fora da USP, nas ruas, com manifestações massivas. Mas no final da assembleia o MRT se opôs a que se marcassem as datas dessas atividades, assim, por enquanto, não se concretizaram.

A Corrente Proletária defenderá na assembleia estudantil desse mesmo dia que os estudantes aprovem a unidade com funcionários. E que se encaminhe a proposta da assembleia do Crusp, aprovada por unanimidade, de assembleia conjunta dos três setores.

Muitas reivindicações, um só inimigo

As reivindicações mais sentidas por estudantes, funcionários e professores não vinculados à burocracia universitária são das mais variadas. Sabemos que é a partir delas, as mais sentidas, que se unem os que se mobilizam para exigir o atendimento de suas demandas. A grande maioria dessas reivindicações é de resposta aos ataques promovidos por Zago/Alckmin para cortar verbas e impor o ajuste fiscal que é determinado desde o governo federal, passando pelos estaduais e chegando aos municipais. Assim todas elas se chocam com a reitoria.

As direções do movimento se debatem ao redor de quais seriam as mais importantes e quais se poderiam deixar de lado agora. Essa linha foi a tomada desde 2014, e com ela não foi possível evitar a ofensiva precarizante e privatizante da reitoria sobre a universidade.

Acontece que se forem levantadas as reivindicações e as mobilizações ao seu redor, o movimento chegará a uma conclusão: é preciso acabar com a reitoria e com as organizações burocráticas e autoritárias que governam a universidade sob o tacão da burguesia e seus governos. Chegarão à conclusão de que se há uma reivindicação que pode expressar o conjunto de todas as necessidades, essa reivindicação é a de fim do reitorado e instalação de um GOVERNO TRIPARTITE na universidade. Que elabore um orçamento que atenda ao conjunto das reivindicações e o imponha ao governo por meio da mobilização.

A ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA é um meio de se caminhar nessa direção. A discussão conjunta e deliberação das reivindicações e dos métodos de luta permitirá dar um passo para que se constitua um movimento de fato unitário, sem a submissão de um setor pelo outro. E avançará no sentido de alcançar a real democracia e autonomia universitárias, que só pode se efetivar por meio do controle coletivo da universidade por estudantes, trabalhadores e professores não vinculados à burocracia privatista.

É por essa linha que batalha a Corrente Proletária nesta greve.

Conjuntura

Há uma resistência de setores estudantis de discutir a conjuntura. Isto porque os oportunistas esperam o final das assembleias para levantarem a lebre. De um lado, os apoiadores do falecido governo Dilma, que defendem a luta “pelos direitos e pela democracia”. De outro, o PSTU e apoiadores, que afirmam que não houve golpe, e que é necessário eleger um novo governo. A defesa do governo Dilma antinacional e antipopular, removido por não conseguir cumprir com seus objetivos de ajuste fiscal de ataques às massas, ou a defesa das eleições gerais, que servem para a reestruturação da burguesia ao redor de um governo calcado no apoio da votação popular para aplicar o mesmo plano, não passam de desvios da luta que as massas precisam travar contra o governo golpista de Temer.

Os estudantes da USP devem se colocar por uma resolução de

Bahia

O Comitê em Defesa da Educação da Bahia realiza balanço do encontro preparatório e discute o II ENE

Balanço do encontro preparatório

Em 8 de maio, ocorreu em Vitória da Conquista a reunião ordinária do Comitê em Defesa da Educação da Bahia. Na reunião, foi realizado um balanço político, organizativo e financeiro do encontro estadual preparatório ao II ENE, que foi realizado de 8 a 10 de abril, em Feira de Santana-BA. O coletivo tirou uma comissão para fazer o relatório do encontro preparatório com data limite de 12/05, mas até o momento não foi concluído.

A Corrente Proletária da Educação/POR defendeu no encontro preparatório da Bahia que houvesse a inscrição e defesa de teses e que a plenária aprovasse um plano de lutas. Nosso encontro tem se destacado, entre os encontros que estão sendo realizados, por ter preservado a democracia operária e garantido a defesa das posições a todas as correntes políticas e demais entidades. Na prática, o encontro preparatório ao II ENE na Bahia rompeu o chamado consenso progressivo, instrumentalizado pela organização nacional do ENE.

A próxima reunião do comitê está agendada para 9 de julho, em Salvador, com a seguinte proposta de pauta: regimento do Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública, questões organizativas do comitê e avaliação do II ENE.

II Encontro Nacional de Educação

O II ENE ocorrerá no período de 16 a 18 de junho em Brasília e se coloca a tarefa de armar os lutadores contra os ataques à educação pública. Há limitações quanto à organização do encontro nacional, tendo em vista que não haverá a inscrição e defesa de teses e a plenária não terá caráter deliberativo. O que mostra seu caráter burocrático, distinto do que ocorreu no encontro preparatório da Bahia.

O II ENE reunirá o grosso da vanguarda de oposição ao governo e será um espaço propício para a denúncia do PLP 257/2016, que ataca os direitos do funcionalismo público e constitui um desmonte dos serviços públicos. O dia 16 de junho foi definido como dia nacional de luta em defesa da Educação Pública e será realizado em Brasília um ato nacional, convocado pelas entidades que compõem a comissão organizadora do ENE. Para que possa, de fato, servir de instrumento de organização da luta, é preciso que a militância classista do II ENE rompa o caráter burocrático previsto.

A portaria 046/2016 sobre PIBID foi pauta da reunião do Comitê

Os estudantes das universidades estaduais da Bahia, organizados

independência de classe, que sirva de norte para a defesa das reivindicações mais sentidas das massas por meio da luta de classes:

Que se chamem a classe operária, os camponeses, a juventude oprimida, os sindicatos, os movimentos, a vanguarda e as esquerdas a organizar o combate ao governo golpista de Temer e se coloquem por: 1) **Rejeitar qualquer medida de política econômica que golpeie os empregos e salários;** 2) **Rejeitar qualquer reforma trabalhista que quebre ou elimine direitos trabalhistas;** 3) **Rejeitar a reforma da previdência que dificulte e prejudica a aposentadoria;** 4) **Rejeitar as medidas que reduzam verbas para a saúde, educação, assentamentos agrários e programas sociais, como Bolsa-Família, Minha Casa, Minha Vida;** 5) **Rejeitar o plano de privatização e de desnacionalização da economia;** 6) **Rejeitar o pagamento da dívida pública.**

em coletivos nas executivas estaduais dos seus cursos de graduação, pautaram na reunião do comitê a situação atual do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que sofre com o corte de recursos. A portaria 046/2016 muda substancialmente a natureza do programa. Os estudantes de todo o país, contemplados com o programa, têm mostrado sua revolta com esta portaria assinada pela CAPES e MEC, ainda no governo de Dilma Rousseff (PT).

Na UFBA, os estudantes têm se mobilizado, mas encontram resistência por parte dos coordenadores de área, que têm controlado a luta dos bolsistas que querem radicalizar. Muitos bolsistas recuam, pois dependem da bolsa para permanecer na universidade e têm receio de retaliações.

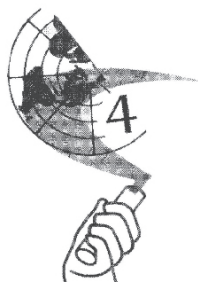
Os estudantes das estaduais solicitaram que o Comitê em Defesa da Educação da Bahia interviesse na organização do II ENE para discutir e tirar uma ação prática sobre os ataques que o PIBID vem atravessando. Apresentaram os pontos críticos da portaria que podemos assim resumir: *fim da autonomia dos subprojetos organizados por cursos de licenciaturas; retirada das áreas de licenciatura em Educação Física, Artes Plásticas e Visuais, Ciências Agrárias, Música, Dança, Ciência da Informática/Computação, Teatro, Psicologia, Enfermagem, Línguas Estrangeiras, dentre outras; omissão quanto à formação de professores para a etapa da Educação Infantil, bem como para as modalidades da Educação Especial, Profissional e Educação de Jovens e Adultos; altera as condições essenciais de formação dos bolsistas de iniciação à docência transferindo a função de supervisão na escola para professores que não estão em efetivo exercício em sala de aula e aumentando o número de escolas para o supervisor acompanhar; reduz o número de professores das universidades e das escolas que compõem as equipes, aumentando a proporcionalidade entre licenciando e formadores; exclui o Coordenador de Gestão Educacional, sujeito que articula as atividades pedagógicas realizadas nas IES e escolas parceiras do Programa; transfere suas funções para os Coordenadores Institucionais e para os coordenadores de áreas; não faz menção ao PIBID Diversidade, desarticulando as ações de formação de professores para as comunidades indígenas, quilombolas e do campo; ignora a organização da formação inicial dos professores por meio dos cursos de licenciatura e demandas emergenciais de formação para a Educação Básica, entre outros problemas graves.*

A CPE atua no Comitê Estadual em Defesa da Educação da Bahia, defendendo o programa proletário para a educação, que arme politicamente o conjunto da militância na defesa intransigente da educação pública contra os ataques dos governos estaduais e federal.

Nesta edição:

- 7 anos da morte física do revolucionário profissional Guillermo Lora
- América Latina e as obras completas de Guillermo Lora
- Sete anos sem Guillermo Lora, exemplar revolucionário profissional
- Guillermo Lora e a Assembleia Popular

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



17 de maio de 2009: morreu o incorruptível revolucionário G. Lora:

7 anos da morte física do revolucionário profissional Guillermo Lora

A morte física é inevitável. É parte da vida. Mas o que os homens deixam em sua passagem determina sua morte definitiva ou a continuidade de sua presença na sociedade em permanente luta por vencer a opressão e a exploração do homem pelo homem.

Guillermo Lora destacou por seu total compromisso e consequência com a luta do proletariado e das massas oprimidas, para libertar-se e libertar o país do domínio imperialista.

Guillermo se coloca à altura dos grandes marxistas na medida em que assumiu plenamente a profissão de revolucionário. Foi um ativista, agitador, publicista, investigador, teórico e estudioso apaixonado da realidade social boliviana. Afirmava que não



era possível ser um verdadeiro revolucionário e, portanto, atuar acertadamente se não conhecesse em profundidade a realidade social com todas suas particularidades nacionais.

Ser um revolucionário profissional não significa viver da política em nome do drama social, prática tão comum entre os “esquerdistas” em nosso meio. Ser revolucionário profissional é dedicar toda a capacidade e tempo à causa da luta dos oprimidos e de sua classe revolucionária: a classe operária.

Lora vive pela vigência de seu pensamento revolucionário no seio das massas e está presente em sua luta diária por meio da ação de seu partido, o POR.

O artigo abaixo é uma contribuição do POR boliviano ao Jornal Massas do Brasil. Resultou de nosso pedido para que redigisse um texto demonstrando a importância das Obras Completas de Guillermo Lora para o internacionalismo proletário e, em particular, para a revolução latino-americana. Esperamos que a classe operária e a vanguarda que luta por constituir o partido revolucionário no Brasil assimile as experiências do POR boliviano, que como insistia Guillermo Lora deve ser criticamente. Compreendemos que a superação de crise de direção revolucionária passará necessariamente pelas conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo que emergiu em um dos países mais pobres e atrasados culturalmente de nosso continente, a Bolívia. As Obras Completas de Guillermo Lora sintetizam um largo período da luta de classes na América Latina que perpassa a emergência do nacionalismo burguês, os golpes militares, a Revolução Cubana, a falência do estalinismo, a tragédia do foquismo, o revisionismo do trotskismo, a crise da União Soviética, o impulso da restauração capitalista e os altos e baixos da desintegração do capitalismo mundial. Não há como estabelecer os elos históricos desse grande período, que se caracteriza pela crise de direção do proletariado, segundo as necessidades da revolução proletária, sem recorrermos aos escritos de Guillermo Lora, que sempre estiveram colocados a serviço da emancipação dos explorados.

América Latina e as obras completas de Guillermo Lora

As Obras Completas de Guillermo Lora condensam a experiência de luta dos militantes do POR, que, como parte inseparável da classe operária e das massas oprimidas, protagonizaram e deixaram sua marca na história e na cultura da Bolívia. Não estamos falando de um emaranhado desconexo, de uma soma de conflitos sociais, maiores ou menores, mas sim da assimilação crítica à luz da aplicação do método marxista, da luta instintiva do proletariado à frente da nação opri-

mida que aponta para a transformação da sociedade sob bases comunistas, dos acertos e erros cometidos nesta tarefa, de uma polêmica política, ideológica e organizativa permanente com os inimigos da revolução, e também com os “amigos” circunstanciais e companheiros momentâneos, tanto do país como de fora. Uma polêmica que foi além das fronteiras nacionais e assumiu uma dimensão internacional, em consequência dos acertos da jovem militância do POR de então, que lhe permitiu

se entroncar com as massas proletárias do país, quando o grito de Pulacayo pôs Guillermo Lora e o POR no mapa do trotskismo mundial.

O impacto de maior significação até o momento das Obras Completas de Guillermo Lora está na América Latina, onde, em diferentes países, existem militantes trotskistas organizados, empenhados em por de pé o Partido-Programa, Partidos Operários Revolucionários como seções nacionais da IV Internacional (Cerqui).

Na medida em que a tarefa de organizar, em torno de um programa revolucionário, a classe operária e as massas oprimidas de cada país avança, a importância da contribuição teórica e organizativa das Obras Completas de Lora ganha importância. Não estamos falando da repetição mecânica e acrítica das experiências do trotskismo boliviano, mas de sua assimilação crítica. Os militantes, organizados em células, no esforço por penetrar no seio do proletariado e organizar a luta de massas se deparam com a necessidade de dar respostas às questões colocadas pela luta por sua emancipação. Neste caminho, os militantes encontram nos diversos temas tratados nas Obras Completas uma referência, um guia para esclarecimento do rumo a ser seguido e que previne os erros já cometidos em outras latitudes. Esta assimilação crítica contribui com a tarefa imprescindível de conhecer as particularidades nacionais, que são refrações das leis gerais do capitalismo em um contexto geográfico e cultural concreto, da mecânica de classes peculiar correspondente e da tradição de luta de cada região. Em resumo, esta assimilação crítica contribui com o desenvolvimento programático e organizativo do partido revolucionário em cada país, o que por sua vez potencia a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional). Esta discussão político-programática não pode se limitar dentro das fronteiras nacionais. Para aproveitar bem as experiências de outras latitudes, é preciso organizar-se como discussão internacional no processo de reconstrução do partido Mundial da Revolução. Não duvidamos que a revolução em nossa época é “nacional pela sua forma e internacional por seu conteúdo”.

A questão essencial da penetração no seio da classe operária

Uma das questões essenciais da experiência do POR, sobre a qual Lora retorna uma ou outra vez, foi a experiência decisiva e que definiu a história do POR, do proletariado boliviano e do próprio país, a questão de compreender o conjunto de circunstâncias que conduíram na aprovação das Teses de Pulacayo, no Congresso Mineiro de novembro de 1946, que significou a confluência do instinto comunista da classe com o maxismo-leninismo-trotskismo. Trata-se do fato de que os militantes trotskistas, armados com os rudimentos do manejo do método e dotados de certa experiência prévia no esforço por penetrar e organizar as massas, conseguiram expressar, dar forma política ao impulso comunista elementar do proletariado radicalizado. A polêmica interna anterior a Pulacayo, entre a nova militância e a velha direção partidária em torno da

necessidade de desenvolver um amplo trabalho de agitação e propaganda para que as massas tomassem consciência da existência do POR como seção boliviana da IV Internacional e com base no legado dos rudimentos programáticos deixados por J. Aguirre Gaisnorg, fundador do POR, levou a desencadear a repressão governamental sobre os jovens militantes trotskistas, que foram empurrados a buscar refúgio nas minas.

Lora vai, a partir disto, extrair o ensinamento geral, cuja validade se aplica na experiência atual dos partidos (seções nacionais) empenhados em penetrar na classe de seus respectivos países. A conclusão é que se requer uma experiência política e organizativa acumulada no partido que se prepara para a tarefa de penetrar na classe, que o capacita para dar forma política consciente ao impulso instintivamente comunista do proletariado. A classe depois de ter acumulado certa experiência na luta sindical e política deve passar por um momento de radicalização que aflora o seu instinto comunista, e a tornando permeável à luta revolucionária. Lora chegou a esta conclusão ao constatar o fato de que a raiz do Golpe de Estado reacionário de julho de 1946, que restauraria o poder da oligarquia mineira feudal, o proletariado mineiro se sentiu ameaçado pelas perdas de conquistas sociais e sindicais, se pôs em estado de prontidão para enfrentar a classe dominante e se colocou o problema de como acabar com esta situação de ameaça constante a suas condições de vida, mais ainda, como se libertar da exploração que é seu objetivo, como conseguir que os frutos de



seu trabalho beneficiem a classe e a nação e não aos interesses do capital estrangeiro e da classe dominante convertida em engrenagem da exploração imperialista do país e de seus recursos naturais.

A partir deste ponto, se desenvolve uma luta constante, uma discussão permanente, entre o partido e a classe, entre a vanguarda da classe, que está enraizada no partido, e as camadas atrasadas, entre o proletariado e as outras classes da nação oprimida,

entre o proletariado como expressão da nação oprimida e o imperialismo. Converte-se em uma questão vital para o partido medir e estabelecer o estado de ânimo da classe, por onde se desenvolve o seu impulso instintivo, sua disposição combativa e com referência a ela qual a atitude das massas oprimidas e se estas se movem ou não em direção às posições revolucionárias e anticapitalistas do proletariado.

Precisar a caracterização do país e sua mecânica de classes decorre da ação do partido por transformar a classe, por ganhar a nação oprimida para a causa da revolução social.

Reafirmamos que o proletariado é a classe revolucionária que deve dirigir a revolução social na América Latina e no mundo

A experiência do trotskismo boliviano confirma o fato de que na época de decadência do imperialismo, em sua fase imperialista, o proletariado é a classe revolucionária pelo lugar que ocupa no processo de produção social, isto independe de seu número ou grau de pobreza. O proletariado é parte vital das forças produtivas, é a força de trabalho assalariada que move as máquinas das quais não é proprietário. O proletariado, diferentemente de outras classes sociais da nação oprimida,

é uma classe NÃO proprietária, e desta peculiar maneira a partir da qual produz a sua vida social é que nasce o seu instinto comunista, que o partido tem como tarefa o desenvolvimento do instinto em política comunista consciente. A compreensão desta questão adquire uma importância fundamental na época presente, quando as correntes revisionistas, que há muito tempo abandonaram o marxismo-leninismo-trotskismo, defendem que já não se pode falar do proletariado como “única” classe revolucionária, mas sim que este papel corresponde aos “trabalhadores” em geral, sem distinção de qual seja a sua posição com relação a propriedade dos meios de produção, ou de todos os “oprimidos e excluídos pelo capitalismo”, ou “povo” em geral. Estas correntes revisionistas vêm propiciando a formação de “Partidos dos Trabalhadores”, Frente de esquerda dos “trabalhadores”, Internacional dos “trabalhadores”, dos “movimentos sociais como *novo* sujeito revolucionário” e que invariavelmente, como a experiência demonstra, concluem como movimentos eleitorais com programas burgueses reformistas de todas as cores e desviando as massas, que depositam a sua confiança no colaboracionismo de classe.

O curso da evolução política do trotskismo boliviano o levou a compreender o papel revolucionário do proletariado como classe, isto devido a sua rápida inserção no seio da classe. Este NÃO é o caso das outras correntes que em determinados momentos reivindicaram o trotskismo e que hoje se afundam no revisionismo e no cretinismo eleitoral, para finalmente abandonarem o marxismo-leninismo-trotskismo, convertendo-se em testa de ferro da burguesia e da burocracia sindical que lhe é tributária. Lora a este respeito fez a seguinte constatação: *“Os outros partidos trotskistas não conseguiram repetir a proeza de Pulacayo por não ter alcançado o nível de partidos-programa e porque suas preocupações não se referem à necessidade de penetrar profundamente no seio das massas, para semear ali a semente revolucionária”* (Obras Completas, Tomo LVI. *“La evolución del Trotskismo Boliviano”*, pg. 179. Ed Masas). A essência da compreensão do marxismo reside nesta questão, não em vão Trotsky, quando definia o marxismo, não só se limitou a dizer que era “a realização consciente do inconsciente processo histórico”, mas também pontuava, “ou seja, das tendências elementares e instintivas do proletariado no sentido de reconstrução da sociedade sobre bases comunistas” (L. Trotsky: *“Em defesa do marxismo”*).

As correntes revisionistas, na maior parte dos países latino-americanos, são um obstáculo à evolução política da consciência de classe. Não poucas, acomodadas à burocracia sindical, jogam um papel abertamente contrarrevolucionário e combatem tenazmente contra a ampliação da influência do POR boliviano no interior do movimento revolucionário latino-americano e mundial, na base de mentiras, calúnias e distorções. Converteram-se em porta-vozes dos governos burgueses nacionalistas que se declaram partidários da teoria subjetiva do “Socialismo do Século XXI”, do “Chavismo”, do “Evismo”, etc. Todos eles caracterizam estes governos de “progressistas”, expressão das massas “revolucionárias”, prestando assim “apoio

crítico”, que na prática implica posicionar-se como seguidistas do nacionalismo burguês. Em um dos documentos de ruptura interna destes grupos mal chamados de trotskistas se diz: *“Tanto na Venezuela como na Bolívia se realizou uma política de ‘apoio crítico’, ou seja, apoio ao processo político encarnado nos governos de Chávez e Evo Morales, mas criticando as suas debilidades. Esta política é estranha à defendida por Trotsky. Ainda que tenha sido correto e continua sendo dar apoio revolucionário na luta conjuntural do governo diante dos ataques imperialistas e fascistas (tentativas de golpe), isto não implica o apoio político ao governo sob nenhuma circunstância...”*, para concluir mais adiante: *“Chamar um governo nacionalista burguês para que este rompa definitivamente com o imperialismo e avance para o socialismo é não entender o caráter de classe de tal fenômeno político e de forma concreta nos levar a uma política de seguidismo alheia ao marxismo revolucionário...”* (Documento de ruptura da AS com a CIT, 12 de Abril de 2015).

A dimensão da força do proletariado latino-americano é enorme (somente no Brasil, são aproximadamente 16 milhões de proletários), no entanto, seu potencial revolucionário ainda não foi desenvolvido devido à ausência ou debilidade do partido operário revolucionário. As características comuns que marcam o continente, a sua história e o processo de formação econômico-social, nos permitem referir ao grande significado da elaboração teórica de G. Lora, no que diz respeito ao desenvolvimento revolucionário do continente. O avanço da assimilação crítica da experiência revolucionária do proletariado boliviano, por parte dos trotskistas do continente, é determinante para o futuro da Revolução Socialista Mundial.

Alguns tópicos da polêmica que contribuem ao desenvolvimento programático

Passada a experiência negativa com o foquismo pequeno-burguês, a maior parte dos movimentos foquistas concluíram adaptados às correntes reformistas, parlamentares e nacionalistas burguesas. O castrismo vem dando passos ousados no sentido da restauração capitalista em Cuba, cujas conquistas socialistas e o futuro delas dependem do avanço da

revolução proletária no restante da América Latina. Esta evolução política foi magistralmente antecipada por G. Lora, que apontou que o voluntarismo messiânico do pequeno-burguês não pode substituir o proletariado e as massas na tarefa de sepultar o capitalismo e encaminhar a revolução para o comunismo. O foco armado não pôde “criar” de improviso as condições “objetivas e subjetivas” da revolução. A história mostrou claramente que isto serviu unicamente de justificativa à contrarrevolução, à burguesia e ao imperialismo para atacar o proletariado e as massas que se levantavam contra a ordem capitalista, a suas organizações e assassinar ou sumir com seus dirigentes revolucionários. O foquismo em seu momento foi um obstáculo para o desenvolvimento da consciência de classe porque desviou a vanguarda revolucionária para o aventureirismo pequeno-burguês. O que restou destes grupos terminou se somando aos governos “indigenistas”, Chavistas, “Socialis-



tas do Século XXI”, etc. E alguns servem hoje de “exemplo a ser seguido”, como modelos da política “democrática e conciliadora” a serviço da burguesia (Uruguai). A bancarrota do foquismo não poderia ser maior.

O estalinismo latino-americano desempenhou o papel de teórico dos governos nacionalistas burgueses e reformistas da década de 30 em diante. Cumpriram um papel de testa de ferro da burguesia nacional, empenhados em subordinar o proletariado latino-americano por trás dos movimentos burgueses nacionalistas denominados por eles de “progressistas e democráticos”. Estreitamente ligados à burocracia sindical, cumpriram o papel de corruptores da juventude operária, em aliança com os setores nacionalistas burgueses (o peronismo na Argentina, o lechinismo na Bolívia, etc).

A teoria da revolução permanente demonstrou ser a que melhor interpreta o atual processo econômico e social latino-americano. Os governos nacionalistas burgueses têm fracassado no empenho de superar o atraso, a fome, a pobreza e a miséria de vastas regiões do continente nos marcos do respeito a ordem social capitalista. Pelo contrário, todos estes governos que iniciaram como “radicalmente antiimperialistas”, proclamando a urgência da libertação nacional como etapa prévia da libertação social, concluíram de joelhos frente ao imperialismo, como vulgares entreguistas, proclamando que não é possível pensar no desenvolvimento continental à margem da colaboração com o saque imperialista do país e da região. Os fatos demonstram que, na luta pelo cumprimento das tarefas democráticas pendentes e que a burguesia nacional é incapaz de realizá-las, levam o proletariado a se tornar direção da nação oprimida e procurar resolver estas tarefas burguesas pendentes por meio da revolução proletária, da instauração do governo operário e camponês (Ditadura do proletariado) e por meio da aplicação de métodos socialistas de governo.

A concepção etapista da revolução do estalinismo naufragou junto com o fracasso do nacionalismo burguês no poder. Este traço geral do processo político latino-americano está discutido criticamente pelo trotskismo a partir da experiência boliviana. Discussão marcada em grandes letras nas Obras Completas de G. Lora.

A traição do estalinismo à causa revolucionária do proletariado mundial tem hoje o seu ponto culminante no processo de restauração capitalista na Rússia, China e nos demais países onde ela vem ocorrendo. Lora foi o primeiro trotskista latino-americano a antecipar estes fatos; em sua análise da “Contrarrevolucionária Perestroika” e em outros escritos posteriores, desenvolveu as conclusões de Trotsky sobre o tema (ver “A revolução Traída”). A teoria estalinista do “socialismo em um só país e da coexistência pacífica entre capitalismo e socialismo” teve seu corolário na teoria abertamente restauracionista da “Perestroika”. Esta traição do estalinismo significou uma colossal derrota do proletariado mundial, que tem incentivado o desenvolvimento do subjetivismo pós-modernista que significa um retrocesso na evolução da ciência social humana e

que serve de fundamentação as mais diversas correntes, tanto de “esquerda” como de direita, neoliberais ou anti-neoliberais, indigenistas e “Socialistas do Século XXI”, etc.

A burguesia e o imperialismo por meio dos ideólogos do

pós-modernismo tentam desqualificar o marxismo como ciência social e como ideologia revolucionária. Em síntese, identificaram o fracasso do estalinismo como um suposto fracasso do marxismo e do socialismo. Proclamaram que havia chegado o fim da história, que já não correspondia lutar pela revolução social, que a humanidade já não conheceria novas revoluções sociais e que a única coisa que se poderia fazer era dedicar-se a aperfeiçoar a democracia burguesa. Apressaram-se em assinalar que o proletariado não é mais a classe revolucionária, que existem outros “atores” sociais “emergentes” e que continuar sustentando o contrário neste período onde o capitalismo está

sendo restaurado nos antigos Estados operários degenerados é coisa de quem perdeu completamente o sentido da realidade e que estão ancorados “nostalgicamente” ao passado. São dinossauros cujo destino não pode ser outro que não o museu dos fósseis sociais. Sustentaram tudo isto traiçoeiramente, muito seguros de si mesmos, até a gigantesca crise econômica mundial que tem sacudido o planeta e que teve sua origem no coração da metrópole imperialista norte-americana. Uma evidente crise de superprodução e que não pode ser absorvida pelo mercado que não se desenvolveu no mesmo ritmo e que, pelo contrário, tende a se contrair. Voltou a ocorrer o que Marx apontou: o modo de produção entrou em conflito com o modo de troca e novamente se coloca a urgência de criar uma correspondência entre a produção social e a apropriação social, ou seja, acabar com a propriedade privada burguesa dos meios de produção, fonte de todos os males atuais da humanidade. O marxismo se apresenta vivo e potente, mais vigente do que nunca, como a única teoria capaz de compreender a dinâmica da existência do capitalismo em crise, hoje em sua fase senil e decadência extrema. Tudo isto está antecipado nos escritos de Lora do último período.

“E quando Fukuyama acordou, a história ainda estava ali” (Agustín Haroldo Locon Solorzano).

“Cessam as frases. Devem ceder seu lugar à ciência da verdade. E como esta ciência não é outra coisa senão a cru exposição dos fatos, a filosofia especulativa perde seu meio de subsistência” (Marx e Engels, “A Ideologia Alemã”, Ed. MER 1958 pag.39).

Os pós-modernos que negaram a existência das leis da história, terminaram chocando-se com elas. (“El Posmodernismo indigenista del MAS, Posmodernismo y Marxismo por Ulises” Ed. Masas. Julho de 2012).

Esta polêmica faz parte da experiência política do proletariado boliviano e latino-americano. É um patrimônio, que na medida em que impulsiona o desenvolvimento da consciência de classe se agiganta como contribuição ao desenvolvimento da teoria revolucionária marxista. Somos parte deste legado, ele é nosso e cabe a nós torná-lo vivo!

Bolívia, 17 de Maio de 2016



Recebemos da companheira de Guillermo Lora, Rina Perez Criales, como contribuição ao Jornal Massas do Brasil, a apresentação do livro sobre a questão camponesa. Eis:

“O Partido Operário Revolucionário (Bolívia) realizará um ato na “Casa Social do Maestro” para homenagear Guillermo Lora, o dia 20 de maio às 17 horas. Nesse ato, será lançado o livro de sua autoria “Escritos Escolhidos sobre o problema camponês e nacional”. Como contribuição segue abaixo o prefácio do mesmo”.

Prefácio dos editores

Nas páginas a seguir, ergue-se Guillermo Lora como o lutador revolucionário protagonista da grande guerra camponesa desenvolvida pouco antes da “lei da Reforma Agrária” nos anos 1952-53, e o intelectual que impulsionou a mesma com sua contribuição teórica, defendendo a urgência de vincular a luta pela terra com a implantação do governo operário-camponês. Ele se entregou integralmente à batalha e se podia encontrá-lo tanto no altiplano quanto nos vales bolivianos, organizando as colunas camponesas, que, ao som do berrante e com o fuzil nas mãos, se preparavam para liquidar o latifúndio e instaurar as fazendas coletivas, promovendo a mecanização da agricultura e arrancando o campesinato do pré-capitalismo, quer dizer, de sua miséria, alicerçando a instauração da sociedade socialista na Bolívia. Neste contexto tem muita importância uma citação de Guillermo Lora: “A luta revolucionária é criadora da teoria e da história”.

Neste escrito se estuda o fenômeno do problema camponês tanto na colônia, na república, sob o atual governo e sua provável solução.

Analisa-se a colônia da qual se herdou a servidão a que os espanhóis haviam condenado os povos indígenas por considerá-los inferiores. Depois de implantada a encomienda, os índios foram vítimas do confisco de suas terras, animais e rendas da comunidade, tiveram de pagar tributos. A mita impôs o sistema de trabalho compulsório gratuito, utilizado no império incaico e adotado pelos conquistadores. A respeito disso, Lora afirma: “Se os espanhóis encarnavam uma civilização superior em relação à incaica, em que pese os avanços e conquistas que esta atingiu, o chamado trabalho civilizatório dos invasores se concretizou como saque dos aborígenes, expropriação de suas terras, super exploração dos nativos, destruição das culturas e nacionalidades autóctones. Não se podia esperar outra coisa numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas e movida pela sede de riquezas e o monopólio das coisas e dos homens”. (Escritos escolhidos camponeses).

A república manteve a estrutura econômica da administração colonial, a servidão indígena constituiu-se na base do poder da feudal-burguesia: “Capitalistas e senhores feudais mancharam-se as mãos com sangue dos índios”. (Escritos ...).

O campesinato boliviano é uma nação-classe e, portanto,



o problema da emancipação nacional está ligado ao problema da terra. Se a massa camponesa permanecer no pré-capitalismo, acorrentada ao minifúndio improdutivo, a opressão nacional sobre as nações indígenas não se resolverá. A esse respeito Lora diz: “Os bolivianos, os índios, estamos postos diante da necessidade histórica de resolver radicalmente o problema da terra, isto porque nele se sintetizam os maiores problemas do país e também o das nacionalidades

autóctones, atualmente dominadas. É através desta solução que se conseguirá a emancipação do índio, condição para nos integrarmos completamente na civilização. É desse modo que nos vingaremos da afronta da colonização espanhola”.

A chamada “revolução democrático-cultural”, que proclama o governo de Evo Morales, se reduz ao puro simbolismo de reconhecer a Bolívia como Estado pluricultural, incluir indígenas nas esferas de governo, instituir símbolos nacionais representativos dos indígenas, etc., mas, não muda nada as relações econômicas que determinam a opressão por parte da classe dominante – predominantemente branca – sobre as classes sociais exploradas e oprimidas de inconfundível origem indígena, ainda que gritem aos quatro ventos que se trata de um governo “socialista”.

A tudo isto G. Lora responde: “Na sociedade capitalista, o governo de um país tem de ser obrigatoriamente burguês, ainda que seus componentes venham de uma tribo, de um ayllu, de um acampamento mineiro, etc., as leis vigentes obrigam o selvagem, o camponês, o operário, o profissional da classe média, a governar para defender a sociedade burguesa e a todos os brotos que nascem da grande propriedade capitalista.

Claro que toda esta broma (o governo do MAS) não tem muita importância no processo histórico. Passará sem deixar nenhuma marca. O único que permanece é o que fazem as massas que encarnam as leis da história.

“Como será a revolução boliviana? Se diferenciará pela direção do jovem e minoritário proletariado transformado no gigante que dirigirá uma convulsão social que será semelhante à rebelião das montanhas e da própria terra. Porém, será distinguida pela particularidade da presença avassaladora e impetuosa das massas camponesas, apoderando-se das cidades e das estradas”. (De vencer ...).

Sete anos sem Guillermo Lora, exemplar revolucionário profissional

Neste 17 de maio, completam-se 7 anos da morte de Guillermo Lora, dedicado dirigente do POR boliviano, falecido aos 87 anos de um câncer hepático. A vida de Lora foi canalizada inteiramente à atividade revolucionária. Viveu e morreu como militante marxista-leninista-trotskista, profundo conhecedor da vida nacional boliviana. Ainda jovem, experimentou a primeira prisão. Muitas outras seguiriam. Ligou desde muito cedo seu destino ao do partido que ajudaria a erguer e penetrar nos operários mineiros. A vida de Guillermo Lora é inseparável da vida do Partido Operário Revolucionário (POR), do qual foi seu secretário geral durante anos. Conheceu o desterro, o exílio e escreveu proficuamente. Seus escritos, artigos e livros, reunidos nas Obras Completas, editadas na Bolívia (ainda sem tradução para a língua portuguesa), reúnem impressionantes 67 volumes. Nelas estão registradas todas as grandes e pequenas batalhas que conformam a trajetória das massas exploradas em sua luta contra a burguesia, a oligarquia mineira e o imperialismo. Nessa grandiosa luta das massas por seu pedaço de pão, por emprego e terra, é que se inscreve a epopeia do trotskismo boliviano.

Lora fora um leitor incomum; através da literatura chegou ao marxismo e o absorveu profundamente. Assimilou criticamente, o essencial dos ensinamentos dos clássicos, seus métodos e táticas. Aplicou-os às condições particulares da Bolívia, revelando uma nação de capitalismo atrasado, de economia combinada que expressa as leis do desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista, que haveria de ser liberta apenas pela insurreição armada do proletariado, malgrado seu insignificante peso social no interior da nação oprimida, e cuja revolução é parte inseparável da revolução mundial. Destacaram-se em seus escritos os grandes traços da cultura, da história, da questão indígena, do problema educacional, da opressão nacional e da mulher, entre vários outros deste atrasado país da América do Sul. Todos cuidadosamente analisados sob o prisma do marxismo revolucionário, que Lora manejava como poucos.

Raros países da América Latina tiveram suas ricas experiências da luta de classes transformadas em explicação, teoria e programa marxistas, quanto a tumultuada Bolívia do século XX. Eis por que Guillermo Lora foi uma personagem de destaque neste quadro político nacional. Foi estudante secundário interessado nos problemas nacionais, estudante universitário que conhecera o POR em Cochabamba, em seguida militante perseguido que encontrou abrigo nos miseráveis distritos mineiros do altiplano, deputado eleito por Siglo XX (pelo famoso bloco mineiro parlamentar de 1947 da FSTMB-POR) ao Congresso nacional boliviano, que utilizou a tribuna para denunciar as condições de vida das famílias operárias; preso, exilado, autor das teses de Pulacayo que colocaram o trotskismo no olho da tormenta de 1952. O movimento operário boliviano foi, dessa forma, muito marcado pelo trotskismo. Suas tradições políticas e até mesmo suas organizações mais marcantes, como a COB e a Assembleia Popular de 1971, registram a influência política do POR.

Guillermo Lora e o marxismo boliviano

Seguindo a tradição do bolchevismo, Lora reafirma a ideia de que o partido é o programa. A tarefa elementar de todo verdadeiro revolucionário consiste em aplicar o socialismo científico à sua realidade nacional, para desta maneira, revelar as leis de transformação históricas, isto é, os traços marcantes e a dinâmica de classe da revolução proletária em cada país. Na Bolívia, as relações de produção pré-capitalistas (muito fortes no campesinato, mas também presente no artesanato urbano) entrelaçam-se com as avançadas relações de produção capitalistas presentes nas poucas indústrias modernas e no proletariado industrial e mineiro. Os verdadeiros protagonistas da luta pela conquista da nação oprimida, não são apenas o proletariado e a débil e intermediária burguesia boliviana, mas sobretudo o proletariado e o imperialismo. A revolução boliviana será obra da classe operária que arrastará consigo a maioria nacional oprimida, entre as quais conta-se o numeroso e empobrecido campesinato, cujo problema da terra põe em relevo a particular questão da emancipação das nações indígenas (aymarás, quíchuas etc)

do jugo da minoria brancóide do país. Por suas particularidades culturais-étnicas, e por seu lugar na economia boliviana como explorados do campo, foram caracterizadas por Lora como nações-classe. A nação oprimida, para libertar-se do domínio imperialista, terá de soldar-se ao redor da classe operária, que, assim, consumará a revolução e ditadura proletárias, parte da revolução latino-americana. Tal é a finalidade estratégica que cabe ao atrasado país do altiplano.

Sem dúvida um dos grandes aportes do marxismo boliviano está na teoria do partido. O partido e o programa condicionam-se mutuamente. O partido transforma a classe ao mesmo tempo que é transformado por ela. As relações entre estes dois pólos é dialética, contraditória cheia de avanços e recuos. A classe pode brear o desenvolvimento do partido ou o partido, em determinadas circunstâncias, se converter em freio, obstáculo da luta revolucionária. O partido é a vanguarda organizada da classe, que adquire a consciência de sua missão histórica. Quando a classe não se solda ao seu partido, sua vanguarda choca-se contra sua própria classe, para arrancá-la da influência burguesa e pequeno burguesa. Sobrevém toda uma etapa histórica de isolamento, onde os revolucionários precisam saber nadar contra a corrente dos acontecimentos. Lora nos ensina que o partido forma seus verdadeiros quadros nos períodos de dura adversidade política. O partido revolucionário é o partido de quadros. Os militantes neles ingressam para converterem-se em quadros profissionais. O que não tem nada em comum com a ideia de militantes pagos. A remuneração de militantes proletários por um período de sua atividade e em determinadas circunstâncias não é estranha ao bolchevismo. Mas não se confunde com o conceito de militante profissional que é aquele que dedica sua vida a revolução.

Guillermo Lora prestou muita atenção ao problema da tática, em especial da tática frentista. As condições de atraso capitalista e de economia combinada do país determinam não apenas a necessidade da aliança operário-camponesa (que não é outra coisa senão a marcha dos camponeses sob a direção política do proletariado), como também da Frente Revolucionária Anti-imperialista. A tática da Frente Única Anti-imperialista, que remonta ao IV Congresso da III Internacional de 1922 e voltada aos países coloniais e semicoloniais, foi aplicada pelo POR à realidade nacional boliviana e confirmou sua justeza. A experiência mais exitosa nesse sentido foi o da Assembleia Popular de 1971, um verdadeiro sovieta (conselho), que agrupou em seu seio grande parte das frações e organizações de massa dos explorados sob a política do proletariado. Sem a presença do partido revolucionário, qualquer frente que se proponha a libertar a nação atrasada será sempre um instrumento das frações burguesas em suas disputas intestinas. A frente revolucionária anti-imperialista permite unir o conjunto dos oprimidos e conquistar a libertação nacional, porque une não apenas os sindicatos e as camadas do proletariado dispersas por várias indústrias, mas também todo o povo pobre, oprimido pelo imperialismo.

Há muitas outras relevantes contribuições de Guillermo Lora ao marxismo-leninismo-trotskismo. Todas elas, indiscutivelmente, atestam o cuidadoso zelo do dirigente porista de assimilar a fecunda experiência dos explorados e transformá-la em teoria. Sem o programa da revolução é impossível erguer o partido da classe operária. Na ausência do programa, o partido é desviado muito rapidamente para posições democratizantes ou mesmo foquistas, como já ocorreu na história boliviana, onde inúmeras organizações que se reclamavam do trotskismo mergulharam de cabeça no foco armado para, em seguida, desaparecerem completamente do cenário político nacional. Guillermo Lora deixou um rico manancial de escritos e formulações que formam um tesouro inestimável não apenas para a construção dos partidos-programas na América Latina, mas igualmente um aporte fecundo para a reconstrução da IV Internacional. O Partido Mundial da Revolução Socialista não poderá ser reerguido e colocado à altura das tarefas que lhe impõe a monumental crise do capitalismo, sem a assimilação das experiências do proletariado mineiro, cujas proezas estão sintetizadas nas obras escritas de sua cabeça mais exuberante, que foi a de Guillermo Lora.

GUILLERMO LORA E A ASSEMBLEIA POPULAR

A Assembleia Popular, inaugurada em 1971, na Bolívia, marcou o ponto mais alto de radicalização e independência política das massas bolivianas. Foi resultado de um esforço monumental de preparar a via para a revolução proletária. As massas em luta, em defesa de suas condições de vida e contra o saque imperialista, constituíram seu próprio organismo de poder. Nessa experiência, foram retomadas as formas de auto-organização que marcaram a história boliviana, como os ayllus indígenas que voltaram a aparecer nos momentos de radicalização na luta no campo, com os cabildos em que a população se juntava em lutas anticoloniais e, sobretudo, com a viva experiência do proletariado. Há uma linha de continuidade entre a elaboração de um programa revolucionário, por parte dos mineiros, em 1946, com a aprovação das Teses de Pulacayo no Congresso da Federação de Mineiros, a formação da COB como organismo soviético na Revolução de 1952 e a Assembleia Popular. Em todas estas experiências, destaca-se a presença do POR, seu programa e sua expressão concentrada na figura de Guillermo Lora. Assim como diz Plekanov sobre os indivíduos que cumprem grandes papéis históricos, Lora foi aquele que pôde ver mais longe e resolver os problemas científicos colocados na tarefa de sepultar o capitalismo. Desde jovem, procurou aprender com o instinto comunista das massas operárias, traduzindo-o em programa, teoria e organização revolucionária.

A Assembleia Popular durou apenas 113 dias. Foi instalada em 1 de maio de 1971, teve poucos dias de deliberação, em julho e julho, e teve seu desenvolvimento bloqueado pelo golpe militar de 21 de agosto, comandado pelo coronel Hugo Banzer. Em sua preparação, a atuação do POR e de Lora foram decisivas. Com a morte do ditador Barrientos, em 1969, as organizações operárias e estudantis voltaram a se organizar depois de um período de massacres operários e intensa perseguição aos sindicatos e partidos. Em abril de 1970, no XIV Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB), por meio da tese do POR, foi feito um balanço da Revolução de 1952, seu fracasso e a necessidade de lutar pelo socialismo. A tática frentista aprovada dizia que era necessário formar uma “frente nacional de trabalhadores, camponeses e forças revolucionárias em torno da COB, que oriente, promova e conduza o processo de libertação do país”. O documento aprovado também caracterizava a abertura democrática do General Ovando como limitada, exigia a nacionalização dos meios de produção e rechaçava a via do co-governo “que fechou o caminho da classe operária à conquista de todo o poder”.

No IV Congresso da COB, iniciado em 1 de maio, foi aprovada a chamada Tese Socialista cujo fundamento é o programa do POR, com algumas emendas do PCB. Esta foi a base programática da Assembleia Popular. O sindicalista Juan Lechin teve sua trajetória desde 1952 analisada pelos presentes no Congresso (apoiou o golpe de Barrientos e ocupou cargos centrais nos governos do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário), mas a permanência de sua influência sobre camadas proletárias foi percebida, ao chegar ao Congresso, foi aplaudido e eleito presidente da COB.

Em meio a uma grande instabilidade política, o general Juan José Torres (do setor nacionalista-reformista do exército) assumiu a presi-

dência. A reunião ampliada da COB instituiu o seu Comando Político e do Povo, composto por vários partidos políticos dentre os quais o PDRC (Partido Democrata Cristão Revolucionário), POR, MNR (fração anti Victor Paz, depois expulsa), PCB, PRIN (Partido Revolucionário da Esquerda Nacional), PCML (Partido Comunista Marxista Leninista) e grupo Espártaco. O Comando apresentava ao governo suas reivindicações. Em seu interior, Lora trabalhava para materializar a frente aprovada nos congressos da FSTMB e da COB. Outros partidos, como o PCB, MNR e PRIN procuravam uma via de submissão ao governo Torres, que prontamente ofereceu o co-governo para a COB. A posição de Lora de rejeitar a metade dos ministérios não foi vitoriosa, porém, ele conseguiu convencer os demais a aprovar critérios como a indicação de nomes por Assembleias, com mandato imperativo e revogável. Os ministros não podiam ser do Comando, o que esvaziava as aspirações dos burocratas. Diante destas condições, Torres recuou. Vemos então que, sem a atuação do POR, esta experiência repetiria os erros da revolução de 1952, levando novamente à conciliação de classes.



Em janeiro de 1971, setores direitistas do exército tentaram tirar Torres da presidência, a tentativa de golpe foi respondida com uma greve nacional dos trabalhadores e a força da população nas ruas, convocada pela COB, destoando da falta de iniciativa de Torres. Mostrava-se assim, como combater um golpe, com total independência de classe. Os milhares de trabalhadores nas ruas marchavam bradando “Socialismo”, em suas faixas se lia: “armas ao povo”, “Minas para o Estado”, “Paredão para os inimigos do povo”, “Morra o imperialismo norte-americano”, “Operários ao poder”, “Morte aos fascistas”.

Afastada a saída do co-governo, em 11 de janeiro, o Comando da COB propõe a criação da Assembleia Popular como uma tentativa consciente de impulsionar a auto-organização e constituição do poder operário e popular a partir das mobilizações contrárias ao golpe do setor mais direitista do exército, que quase derrubou Torres. A Assembleia seria composta por 212 delegados, sendo 60% de delegações operárias. Segundo Lora, em *Lecciones de La Asamblea Popular* (1984), a Assembleia “foi

uma elevada expressão da nação oprimida pelo imperialismo, quer dizer, correspondia ao bloco de várias classes sociais, em cujo seio o proletariado não passava de uma pequena minoria, por isto se fez necessário lhe dar um tratamento privilegiado no voto e cuidar para que a nova organização proclamasse que seus fundamentos programáticos eram os adotados pela COB e pela Federação de Mineiros a fim de garantir sua direção política”. O campesinato apenas começava a romper com o pacto militar-camponês, firmado em abril de 1964. Torres, inclusive, tentou, sem sucesso, utilizar os camponeses para neutralizar a Assembleia Popular.

Fragilizado, Torres tentou incluir a iniciativa das massas radicalizadas como uma prévia de sua Assembleia Nacional Constituinte, mas a Assembleia Popular recusou o papel de coadjuvante nos planos do presidente. No documento *La Asamblea y el poder ejecutivo*, de 26 de abril de 1971, lê-se: “A Assembleia Popular não tem nada em comum com a projetada Assembleia Nacional e para continuar não precisa da bênção constitucional nem da presidencial. [...] É decisão

da Assembleia Popular atuar como verdadeiro órgão de poder das massas e do proletariado, ou melhor, que deixa de ser parlamento para converter-se em autoridade capaz de resolver os problemas e, ao mesmo tempo, executar suas decisões através dos métodos próprios da classe operária”.

No 1º de maio de 1971, Torres, que tentou se colocar à frente da marcha dos trabalhadores, com sua fanfarra, fazendo com que os operários marchassem no lugar para que o presidente se distanciasse. Assim, a abertura da Assembleia Popular ocorreu no próprio Palácio Legislativo, sem a presença de Torres, sob a escolta de mineiros armados. Estavam presentes delegados de diversas organizações sindicais, populares e partidárias. O dirigente ferroviário David Quiñonez expôs as bases constitutivas e objetivos da Assembleia Popular e o quadro de representação das delegações. As classes proprietárias não tinham direitos políticos. A fala de Guillermo Lora, na abertura, teve como ênfase extrair as lições dos momentos históricos anteriores, sobretudo da Revolução de 1952. Ao mesmo tempo, mostrou como a COB em 1952 personificou a dualidade de poderes que, naquele momento, se resolveu em favor do MNR. Fazer e superar a experiência com o nacionalismo e a política de conciliação de classes era decisivo para evitar que a Assembleia fosse levada a apoiar Torres.

Após a abertura da assembleia, foi definido que a primeira sessão seria realizada em 22 de junho, pelas condições políticas para efetivar a eleição de delegados, ampliar a abrangência da Assembleia e pelas condições financeiras, uma vez que o organismo surgia com o princípio da independência política e financeira ante a burguesia e seus partidos. Neste intervalo, a mobilização social era crescente. As organizações de massa se fortaleciam a partir de órgãos de democracia direta. Fazendas eram tomadas em Santa Cruz, com a iniciativa da União dos Camponeses Pobres (UCAPO). Sedes de organismos ligados aos EUA eram ocupadas por universitários. Assembleias de base nos acampamentos nas minas em todo o país elegeram 52 delegados de base e 6 da federação. A direita, vendo as iniciativas das massas, não parou de conspirar para dar um golpe em Torres e esmagar a Assembleia. No início de junho, a COB deflagrou um estado de alerta e a Central Departamental de La Paz anunciou o alerta armado.

Na primeira sessão da Assembleia, o programa do POR apareceu nas resoluções aprovadas nas assembleias mineiras sobre a Universidade Única e o controle operário da mineração. A delegação trazia também um projeto, redigido pelo POR-Masas e os dirigentes operários do PCB de nacionalização e integração das empresas mineradoras e de fundição. Os ferroviários se pronunciaram defendendo a Assembleia Popular e manifestaram sua disposição a organizar as milícias armadas do povo. O POR, por mais que tivesse um destacado papel político na organização e elaboração dos documentos, tendo como principais dirigentes Guillermo Lora, Filemon Escobar (que depois liderou uma cisão no partido) e Jorge Lazarte, era bastante minoritário entre as delegações.

A Assembleia Popular analisou e aprovou o documento *Bases de Constitución de la Asamblea Popular*, que já circulava desde fevereiro de 1971 e serviu de base para a eleição dos delegados. O documento afirmava que a Assembleia Popular deveria ser um “órgão independente de poder popular”, de fiscalização do poder executivo [ponto incluído pelo PCB, cujo objetivo era o de manter o apoio crítico a Torres] e que “executará as decisões utilizando os métodos próprios da luta de classes operária”; resgatar o papel e funcionamento original da COB na sua fundação em 1952: uma Assembleia Popular que “se manifestou na

ação executiva própria, sem se condicionar ao governo da nação”. O projeto de Assembleia criticava as formas tradicionais de parlamento: “a Assembleia Popular não pode ser uma variante do parlamento burguês, tanto em seu conteúdo como em suas funções”. Resgatando a tradição antiimperialista do movimento operário boliviano, propunha-se a “atuar conjuntamente com o executivo contra o fascismo e o imperialismo”. Também criticava a divisão dos três poderes do Estado, que seria destinada a preservar a ordem social existente: “Em todas as revoluções populares, foi destruída a separação dos poderes”.

Nessa sessão, foi aprovada por unanimidade uma resolução, apresentava por Guillermo Lora, que alertava para o perigo do golpe militar e a necessidade de uma preparação do movimento popular e sindical, propunha a greve geral e a violência revolucionária para enfrentar os golpistas. A resolução número 1, publicada no jornal, ocupado pelo sindicato dos jornalistas, *El Diario*, de 23 de junho de 1971 orientava:

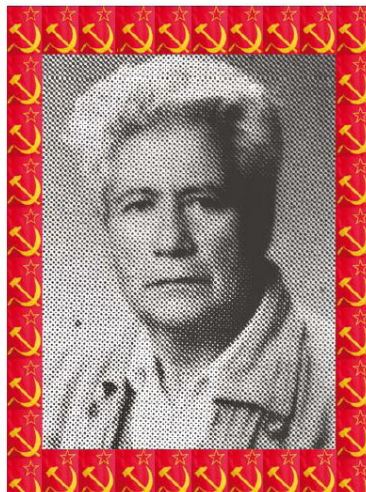
- “1- Frente à eventualidade de um golpe, a Assembleia Popular, como expressão do poder operário, assumirá a direção política e militar das massas em combate e lutará para expulsar do país definitivamente a direita, o fascismo e o imperialismo.
- 2- Afirmamos que os trabalhadores da Bolívia oporão a violência dos oprimidos à violência reacionária dos exploradores.
- 3- O alerta de todo o povo revolucionário e seus quadros de direção não será levantado enquanto não seja derrotado o imperialismo.
- 4- A Assembleia Popular reitera sua convicção de que a direita não deixará de conspirar, usando instrumentos civis e militares até quando se mantenha incólume seu poder econômico.
- 5- Em caso de golpe de Estado, a Assembleia Popular determina que a primeira resposta das massas trabalhadoras será a greve geral e a ocupação imediata dos locais de trabalho”.

A divisão no interior da assembleia entre um bloco pequeno-burguês, que tentava direcioná-la para o foquismo, e o bloco mineiro que encarnava as posições do POR foi em grande medida seguida pelo PCB, e um bloco influenciado pelo nacionalismo mais inclinado ao apoio a Torres. Essa composição se refletiu na eleição de Juan Lechin como presidente da assembleia, derrotando o candidato apoiado pelo POR e PCB. Mesmo com as enormes diferenças programáticas entre os dois partidos, neste momento havia uma circunstancial aproximação tática. O programa e as resoluções da Assembleia correspondiam ao programa do POR. Mais uma vez, outras organizações, pela pressão destas ideias em suas bases, encampavam as propostas do POR, levando a uma confusão que dificultava sua constituição como direção física.

Ainda no dia 28, a Assembleia Popular debateu o relatório da Comissão de Investigação dos Crimes Políticos, que se iniciou com a apuração do assassinato do líder mineiro trotskista Isaac Camacho, do dirigente da construção civil Adrian Arce e de outros dirigentes sindicais. Conforme publicado no Jornal Masas, de 13 de Julho de 1971, o relatório da comissão definia:

“A investigação do assassinato de Isaac Camacho e outros líderes operários e dos próprios massa-

cres foi sumamente difícil porque os mecanismos de repressão do Estado continuam controlados pelos que atuaram durante os governos de Barrientos (1964-1968) e Ovando (1969-1970). Deve-se advertir que os verdadeiros autores intelectuais destes crimes foram os mencionados generais, os grupos políticos que os rodeavam e também parte da alta hierarquia militar. No caso de Camacho, o mínimo que se pode dizer é que os autores de seus desaparecimentos foram seus carcerei-



ros. Deve-se assinalar com clareza como peças-chaves de seu assassinato Barrientos, Ovando, Antônio Arguedas, Rafael Loayza e todos os elementos que tiveram cargos de importância no aparato repressivo, como Lessin Mendez Marembert, Abraham Baptista, etc.”

A conclusão tomada pela Assembleia era de que os trabalhadores não poderiam confiar na polícia e nem nos tribunais de Justiça que eram mecanismos de dominação da oligarquia. Por isso, afrontando um importante ramo do Estado burguês, o judiciário, aprovou-se a constituição dos Tribunais Populares Revolucionários para responder à inoperância e cumplicidade da justiça burguesa.

No dia 29 de junho, os mineiros apresentaram sua proposta de resolução sobre o controle da mineração. Tal medida era parte da discussão sobre como colocar nas mãos do movimento operário o controle da economia do país, começando pelo seu setor-chave, a mineração. Em relação à bandeira de controle operário majoritário da mineração, os mineiros convenceram o restante dos delegados de que a proposta tinha significação política e econômica, pertinente a todos os trabalhadores. Em 1971, a indústria mineira era responsável por 80% das divisas da Bolívia. Formou-se também uma comissão de trabalho para preparar um projeto de estatização dos meios de produção do país.

Estava na pauta da última sessão nacional da Assembleia Popular, em 02 de julho, a questão militar. Houve uma discussão detalhada sobre a constituição de uma milícia armada e popular, tendo como referência a tradição iniciada na Revolução de 1952. Naquela ocasião, o aparato repressivo foi dissolvido e substituído por milícias organizadas pela COB. Tanto em 1952 como em 1969-71, o exército também foi atravessado pela luta de classes, seguindo a polarização entre o proletariado e a burguesia. A Comissão de Segurança e Milícias propunha a estruturação de um aparato próprio de autodefesa da Assembleia Popular. Sua estrutura teria um Comando Supremo das milícias, comandos de operações, regionais, especialistas, mineiros, inteligência e logística, além de armas e artilharia para que existisse um verdadeiro braço armado do proletariado. As organizações que estavam apostando na concepção foquista colocavam como prioridade o armamento imediato. Guillermo Lora, em seu balanço sobre as posições dos foquistas e maoístas afirmou:

“Tudo isso era puro aventureirismo suicida que iria esmagar as massas e a própria revolução. A proposta trotskista era outra e muito concreta: aprofundar muito mais a mobilização das massas, de maneira que os camponeses, por exemplo, se alistassem efetivamente na luta, e que o empuxo dos explorados abrisse as fissuras no exército até o ponto de neutralizá-lo ou quebrá-lo”.

A via buscada pela Assembleia era a de fraturar o exército, processo que dependia mais da luta política, naquele momento, do que qualquer enfrentamento militar. Este processo começava a ocorrer. Em julho de 1971, militares de baixa patente publicaram o *Manifiesto de los Cabos y de los Sargentos del Ejército*, em que denunciavam as péssimas condições de atuação, com humilhações e sobrecarga. O agrupamento clandestino *Vanguardia Militar del Pueblo* lançou um manifesto, em 13 de agosto de 1971, opondo reivindicações dos soldados, cabos e sargentos aos privilégios dos oficiais em que afirmava:

“Muito rápido chegará o dia da prova, oportunidade em que seremos os artífices dos escombros de um organismo de vulgar repressão contrarrevolucionária, servil e dócil às ordens do Pentágono e seus lacaios de dentro e fora do país. Edifiquemos uma instituição a serviço e defesa da verdadeira revolução”.

A conspiração golpista ocorria abertamente, sem que Torres tivesse qualquer iniciativa para freá-la. Em um documentário, Hugo Banzer explicava contra o quê o golpe se voltava.

“No momento, o problema mais sério era a Assembleia do Povo que era o governo de fato. Apareceu o Exército de Libertação Nacional atuando em um e outro lado. Dizia-se que o Poder Judiciário seria substituído pelos Tribunais Populares de bairro. Toda essa informação me chegava e me dava muita pena pela situação do país.”

Acabar com a Assembleia Popular estava entre as prioridades norte-americanas, junto com a destruição do governo de Salvador Allende no Chile e de Juan Velasco no Peru. Banzer foi treinado na



(...) por ter sido uma experiência das próprias massas em luta, que construíram seu organismo de poder, a Assembleia Popular marcou profundamente o movimento operário

Escola das Américas, no Panamá e na Escola de Cavalaria Blindada no Texas, nos finais dos anos 1960 atuou como adido militar em Washington. Após derrubar Torres, Banzer foi recompensado com subvenções e ajuda da administração de Nixon. Com a divulgação em 2009 de documentos outrora sigilosos revelou que o Departamento de Estado liberou cerca de US\$ 500 milhões para garantir a adesão de políticos e oficiais das Forças Armadas ao golpe. A CIA transferiu o dinheiro aos membros do alto escalão no dia em que o golpe começou em Santa Cruz. Os grupos paramilitares atuaram por meio do Exército Cristão Nacionalista e a “guarda pretoriana” do grupo de Banzer. O segundo grupo era comandado por Klaus Barbie, recrutado pela CIA, nazista conhecido como “o carneiro de Lyon” (o governo Banzer recusou o pedido de extradição do governo francês), além de nazistas, o bando militar era composto também por neofascistas e terroristas italianos, subficiais criminosos e anticomunistas e indivíduos recrutados no lumpesinato.

No dia 19 de agosto de 1971, 80 mil pessoas atenderam ao chamado do Comando Político em La Paz para resistir ao golpe. Torres temia armar as massas. Atacou a esquerda, acusando-a de ter recusado uma aliança anteriormente e permitiu que o alto comando militar conspirasse livremente. Depois de o povo exigir por 12 horas que o

governo entregasse armas, o presidente entregou 400 velhos fuzis aos dirigentes da COB. A resistência ao golpe esteve nas mãos das forças sociais organizadas em torno da Assembleia Popular. Foram cinco dias de combate. Sem divisão do exército ou acesso às armas, a vitória do proletariado era praticamente impossível, o que levou a um recuo das forças revolucionárias. O golpe de Banzer deixou como saldo imediato 110 mortos e 600 feridos. O regime que se estabeleceu nos sete anos seguintes foi marcado pela repressão. Mais de 14 mil pessoas foram presas sem ordem judicial, mais de 8 mil foram torturadas e mais de 2 mil foram executadas ou desaparecidas. O golpe também teve apoio da ditadura brasileira, como parte do que depois, em 1975, seria oficializado como o Plano Condor. Muitos dos militantes de esquerda conseguiram se exilar, organizando no exterior a Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA), organização que contou com o empenho decisivo de Lora. Como mais uma comprovação de que esta experiência da Assembleia Popular teve como motor político a ação do POR, sobretudo entre os mineiros. Posteriormente, quase todas as correntes renegaram esta experiência. Porém, por ter sido uma experiência das próprias massas em luta, que construíram seu organismo de poder, a Assembleia Popular marcou profundamente o movimento operário. Seus próximos levantes não começarão do zero. Retomarão a via da organização independente. Neste sentido, assimilar a experiência das massas e a viva elaboração de Lora que protagonizou, registrou e analisou toda esta experiência, é uma necessidade de todo revolucionário consequente.